



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 31.12.2020  
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL -  
NOVACAP**

**CNPJ: 00037.457/0001-70  
UNIDADE GESTORA: 190201  
GESTÃO: 19201**

SETOR DE ÁREAS PÚBLICAS LOTE B – CEP 71.215-000 – BRASÍLIA – DF PABX 34032300



Mês de Referência: 11

Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO	NE	31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.077.556.504,25</b>	<b>1.095.458.548,02</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	3	313.722.946,50	425.671.305,87
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	3.1	7.536.188,03	2.604.141,16
RECURSOS VINCULADOS	3.2	5.617.634,92	2.239.039,19
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITOS E CAUÇÕES		1.907.993,43	352.650,44
RECURSOS VINCULADOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		482,58	482,53
		12.089,00	12.069,00
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	<b>4</b>	<b>152.548.719,13</b>	<b>254.359.199,18</b>
CLIENTES		465.782,43	0,00
FATURAS E DUPLICATAS FATURADAS A RECEBER		465.782,43	0,00
<b>CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>4.1</b>	<b>152.082.936,70</b>	<b>254.359.199,18</b>
RECURSOS A RECEBER SUBVENÇÕES - INTRA OFSS	4.1.1	149.440.853,46	164.627.198,10
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - FONTE NÃO TESOUREIRO	4.1.2	0,00	2.503,01
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.1.3	2.642.083,22	5.052.356,53
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.1.4	0,00	82.116.633,88
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>5</b>	<b>1.804.401,87</b>	<b>3.588.528,68</b>
FÉRIAS - ADIANTAMENTO	5.1	1.804.401,87	1.650.244,32
EMPRÉSTIMO SALARIAL DE FÉRIAS	5.2	0,00	1.938.284,36
<b>TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>6</b>	<b>671.214,68</b>	<b>602.653,16</b>
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR - INTER OFSS UNIÃO		0,00	19.141,56
<b>CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO</b>	<b>7</b>	<b>406.598,32</b>	<b>453.332,61</b>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7.1	71.842.061,73	75.039.845,12
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	7.1	16.888.335,47	19.507.480,52
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	7.2	54.753.726,26	55.531.364,60
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDADO</b>	<b>8</b>	<b>78.854.848,55</b>	<b>87.124.830,00</b>
CRÉDITOS A RECEBER - INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS		1.529.048,51	1.531.118,51
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL		1.190.127,12	2.225.256,12
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS		388.119,95	325.994,09
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX-SERVIDOR		82.355,11	40.543,16
JUROS SOBRE CAPITAL PROPOSTOS A RECEBER	8.1	11.703,81	864.685,97
DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS		21.598,17	21.598,17
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO	8.2	75.051.898,08	82.116.633,88
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS</b>	<b>9</b>	<b>266.100,97</b>	<b>266.190,97</b>
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL		215.325,31	215.325,31
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS		50.855,66	50.855,66
<b>AJUSTE PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>	<b>9</b>	<b>-1.610.533,89</b>	<b>-337.072,48</b>
<b>ESTOQUES</b>	<b>10</b>	<b>1.601.265,11</b>	<b>1.981.515,92</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11</b>	<b>763.833.657,75</b>	<b>669.787.242,15</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>11.1</b>	<b>150.993.095,51</b>	<b>58.411.765,62</b>
RECURSOS A RECEBER SUBVENÇÕES (INTRA OFSS)	11.1.1	150.993.095,51	58.411.765,62
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11.2</b>	<b>9.567.936,25</b>	<b>12.526.306,90</b>
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		8.259.294,00	12.526.306,90
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTRA OFSS		1.308.842,16	0,00
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>11.3</b>	<b>602.262.366,25</b>	<b>587.521.759,21</b>
BENS MÓVEIS		49.439.213,77	40.936.250,22
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS		-31.141.186,06	-28.360.086,34
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS	11.3.1	-643.142,20	-251.763,22
BENS IMÓVEIS		589.155.266,96	589.091.159,32
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS		-4.547.786,22	-3.893.800,77
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>1.010.169,74</b>	<b>1.327.410,42</b>
SOFTWARES		1.733.760,69	1.689.113,69
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES		-723.609,95	-361.703,27

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 331.653.806-00

RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 669.978.061-87

MARILYN PRÍSCILA AMORIM  
Chefe de Depart. de Contabilidade  
CRC-025.033/DF-O


**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPOEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PASSIVO	NE	30.12.2020	31.12.2019
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12</b>	<b>1.077.556.504,25</b>	<b>1.095.458.548,02</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>12,1</b>	<b>303.169.858,77</b>	<b>413.430.515,82</b>
<b>OBRIG. TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST. A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.1</b>	<b>28.840.614,42</b>	<b>37.853.728,48</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>		<b>12.883.108,17</b>	<b>17.300.191,38</b>
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>		<b>15.157.506,25</b>	<b>20.583.637,02</b>
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		2.132.003,65	3.093.446,19
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS UNIÃO		13.025.502,60	17.460.080,83
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.2</b>	<b>30.107.017,44</b>	<b>112.120.734,44</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO</b>		<b>30.107.017,44</b>	<b>112.120.734,44</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO</b>		<b>420.243,21</b>	<b>0,00</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO</b>		<b>420.243,21</b>	<b>0,00</b>
<b>PROVISÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.3</b>	<b>107.924.909,87</b>	<b>118.566.935,56</b>
<b>PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.3.1</b>	<b>28.533.052,94</b>	<b>28.406.380,47</b>
<b>PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.3.2</b>	<b>46.591.855,04</b>	<b>90.151.768,28</b>
<b>PDV - PLANO DE NENEFÍCIO DEFINIDO</b>	<b>12.1.3.4</b>	<b>32.800.001,89</b>	<b>9.796,61</b>
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>12.1.4</b>	<b>186.667.073,83</b>	<b>144.889.117,42</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>12.1.4.1</b>	<b>1.558.688,33</b>	<b>848.446,66</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS</b>	<b>12.1.4.2</b>	<b>49.905.215,93</b>	<b>53.289.428,66</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS UNIÃO</b>	<b>12.1.4.3</b>	<b>184.297,65</b>	<b>533.472,95</b>
<b>RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR - RP NÃO PROCESSADOS</b>	<b>12.1.4.4</b>	<b>75.651.896,08</b>	<b>62.115.633,98</b>
<b>RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR</b>		<b>7.981.486,21</b>	<b>6.808.188,65</b>
<b>VALORES DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS</b>	<b>12.1.4.5</b>	<b>1.137.106,08</b>	<b>1.025.542,77</b>
<b>VALORES A DEVOLVER AO GDF</b>	<b>12.1.4.6</b>	<b>268.403,55</b>	<b>268.403,55</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>12,2</b>	<b>150.923.613,88</b>	<b>51.775.612,97</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>	<b>12.2.1</b>	<b>14.113.983,58</b>	<b>21.868.881,34</b>
<b>SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS</b>		<b>181.608,48</b>	<b>287.883,38</b>
<b>LICENÇA PRÊMIO</b>	<b>12.2.1.1</b>	<b>13.932.375,10</b>	<b>21.577.997,96</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO</b>		<b>36.792,28</b>	<b>36.792,28</b>
<b>FORNECEDORES E PRESTADORES DE BENS E SERVIÇOS</b>		<b>36.792,28</b>	<b>36.792,28</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO</b>		<b>1.969.886,57</b>	<b>3.157.930,89</b>
<b>REFIS</b>	<b>12.2.2</b>	<b>1.969.886,57</b>	<b>3.157.930,89</b>
<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>12.1.3</b>	<b>134.802.941,45</b>	<b>26.715.008,48</b>
<b>PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS</b>		<b>3.662.140,64</b>	<b>3.662.140,64</b>
<b>PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO</b>		<b>23.052.867,82</b>	<b>23.052.867,82</b>
<b>OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>		<b>108.087.932,99</b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12,3</b>	<b>623.473.031,60</b>	<b>630.252.419,23</b>
<b>CAPITAL SOCIAL REALIZADO</b>	<b>12.3.1</b>	<b>26.713.076,28</b>	<b>26.713.076,28</b>
<b>ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL</b>	<b>12.3.2</b>	<b>4.959.616,94</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>11.961.936,70</b>	<b>11.961.936,70</b>
<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		<b>582.835.505,67</b>	<b>583.480.461,12</b>
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>		<b>18.452.664,93</b>	<b>18.450.664,93</b>
<b>RESULTADO ACUMULADO</b>		<b>-21.459.768,92</b>	<b>-10.362.748,80</b>



**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00



**RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR**  
Diretor Financeiro  
CPF 619.878.061-87



**MIRIAM PATRÍCIA AMORIM**  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.033/DF-O



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO



Unidade Gestora: 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Destino: 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31.12.2020 e 31.12.2019 COM REAPRESENTAÇÃO DESTE NOS TERMOS DA NBC TG 26 (R4)

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE	31.12.2020	31.12.2019
RECEITAS DE SERVIÇOS		465.782,43	32.053,56
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		465.782,43	32.053,56
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		465.782,43	32.053,56
DEDUÇÕES		-9.315,66	-1.501,38
ISS		-9.315,66	-1.501,38
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		456.466,77	30.552,18
DESPESAS ADMINISTRATIVAS OPERACIONAIS	13.1	-866.868.893,57	-762.506.286,02
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	13.1	-243.817.355,57	-252.692.960,44
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL ATIVO CIVIL - RPPS		-59.023.326,69	0,00
OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS		-2.128.625,96	-5.387.044,24
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL ROPS		-197.318.575,69	-206.327.049,08
OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL ROPS		-824.507,87	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS RPPS		-14.522.471,49	-10.691.953,79
SENTENÇAS JUDICIAIS ROPS		-68.347,70	-195.091,33
ENCARGOS PATRONAIS	13.2	-108.858.863,95	-80.251.978,38
BENEFÍCIOS A PESSOAL		-35.246.590,92	-35.649.973,93
AJÚLIO ALIMENTAÇÃO		-16.765.917,03	-15.432.266,77
AJÚLIO TRANSPORTE RPPS		-3.007.378,03	-4.354.133,93
AJÚLIO CRECHE - RPPS		-1.166.126,88	-1.389.496,91
AJÚLIO ASSISTÊNCIA MÉDICA		-13.019.064,68	-14.018.701,50
INDENIZAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA		-867.203,69	-19.417,71
BENEFÍCIO A PESSOAL ROPS		0,00	-1.435.898,12
OUTRAS VARIAÇÕES PATRONAIS OBRIGATORIAS - PESSOAL E ENCARGOS	13.3	-5.069.028,50	-175.451,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - PDV		-5.023.484,21	-438.842,63
PESSOAL REQUERIDO DE OUTROS ÓRGÃOS		-36.555,29	-35.608,81
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		-41.326,48	-27.224,16
AJÚLIO FUNERAL ATIVO CIVIL		-16.520,00	0,00
AJÚLIO FUNERAL ATIVO CIVIL		-24.705,48	-27.224,16
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.4	-23.058.094,94	-20.467.861,28
VPO - OBRAS E INSTALAÇÕES NÃO INCORPORÁVEIS	13.5	-7.639.328,02	-103.967.736,67
SERVIÇOS CONSULTORIA E ACESSORIA		0,00	-282.731,00
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS		0,00	-1.525.232,96
JETONS E GRATIFICAÇÕES A CONSELHEIROS	13.6	-771.527,30	-767.486,63
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.7	-216.531.848,09	-208.235.239,79
OUTROS SERVIÇOS - PJ		-931.865,03	-942.144,64
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - INTRA ORÇ		-142.080,00	-300.016,00
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	13.8	-30.239.867,97	-45.231.552,47
RESULTADOS DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	13.9	194.073,00	2.557.592,60
RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		194.073,00	2.623.123,71
RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	-65.531,04
DESPESAS DE PROVISÕES	13.10	-125.628.612,75	-21.589.825,38
VPO DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS		-180.872,47	-849.873,34
VPO DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS		-3.172,00	-18.346.891,43
VPO DE PROV. PARA RISCOS CÍVEIS SUPLENTEIROS		0,00	-16.561.213,50
VPO DE OUTRAS PROVISÕES			-7.789,61
VPO DE PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		-140.878.138,07	0,00
REVERSO DE OUTRAS PROVISÕES		15.416.399,79	14.297.056,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	13.11	-4.720.705,92	-1.403.362,50
DESPESAS COM DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		-3.030.124,38	-3.208.177,09
REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		-391.378,98	0,00
VPO - AJUSTE PARA PERDAS COM CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		-4.273.461,40	-199.087,12
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		541.278,39	1.965.242,82
RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	13.12	-89.784.648,88	-4.545.114,72
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		-897.433.020,20	-789.858.230,49
RECEITAS FINANCEIRAS	13.13	588.364,50	1.204.610,08
DESPESAS FINANCEIRAS		-30.062,13	-48.145,59
RESULTADO ANTES DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS		-888.866.518,83	-788.699.767,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.14	781.593.117,19	778.306.368,47
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA		6.275.557,48	8.755.866,39
REPASSO RECEBIDO	13.14.1	788.169.910,09	642.704.316,34
VALORES OPERADOS - BANDA	13.14.2	26.202.640,64	48.426.480,75
RECURSOS PARA RESTOS A PAGAR NÃO PROC.	13.14.3	0,00	80.349.565,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.15	2.889.797,68	8.821.810,20
DESAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - INTERGOVERNAMENTAIS		2.865.700,75	5.021.810,20
DESAIS TRANSFERÊNCIAS DE COMARCAS		0,00	0,00
MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTOS - INTRA		20.096,93	0,00
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.16	-112.577.693,96	-2.379.398,41

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.606-00

BIBENS DE OLIVEIRA PARENTE JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 688.878.063-87

ADRIANA PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.833/DF-O



Mês de Referência: 14

Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



ESPECIFICAÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						TOTAL
	Capital Social	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	
Saldos em 31.12.2018	26.713.076,28	157.534.305,59	11.961.936,70	583.692.052,42	14.807.062,73	-186.498.853,12	608.209.580,54
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-155.380.744,88	0,00	0,00	0,00	171.610.254,26	16.229.409,38
Reservas de Incentivos Fiscais	0,00	-2.153.560,65	0,00	0,00	3.643.602,20	2.153.560,65	3.643.602,20
Baixa de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-202.561,30	0,00	0,00	-202.561,30
Prejuízo Líquido do Exercício em 31.12.2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.372.388,41	2.372.388,41
Saldos em 31.12.2019	26.713.076,28	0,00	11.961.936,70	583.489.491,12	18.450.664,93	-10.362.749,80	630.252.419,23

ESPECIFICAÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						TOTAL
	Capital Social	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	
Saldos em 31.12.2019	26.713.076,28	0,00	11.961.936,70	583.489.491,12	18.450.664,93	-10.362.749,80	630.252.419,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.480.584,84	101.480.584,84
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital	0,00	4.959.616,94	0,00	0,00	0,00	0,00	4.959.616,94
Reserva de Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	-659.985,45	0,00	0,00	-659.985,45
Prejuízo do Exercício em 31.12.2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-112.577.603,96	-112.577.603,96
Saldos em 31.12.2020	26.713.076,28	4.959.616,94	11.961.936,70	582.835.505,67	18.462.664,93	-21.459.769,92	623.473.031,60

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00

RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 669.878.051-87

MIRIAN PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.033/DF-O



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31.12.2020 e 31.12.2019  
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

COMPOSIÇÃO	NOTA	31.12.2020	31.12.2019
I - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.1	-5.909.743,44	51.597.660,54
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		-112.577.603,96	-2.372.388,41
DEPRECIACÃO		3.468.226,68	2.854.956,31
AMORTIZAÇÃO		361.897,68	353.220,77
DOAÇÃO CONCEDIDA DE BENS MÓVEIS		0,00	8.600,90
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		391.378,98	199.907,12
DESINCORPORAÇÃO DE IMOBILIZADO		437,22	0,00
DOAÇÃO RECEBIDA - BENS MÓVEIS		-94.682,82	-92.070,00
BENS MÓVEIS - FABRICAÇÃO PRÓPRIA		-282.485,59	-261.253,73
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	65.591,08
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		3.115.025,91	2.746.115,06
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		0,00	-329.607,89
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - ADM DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES		143.912.302,85	180.000.903,58
PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE		0,00	100,00
LICENÇA PRÊMIO LAR - CONTAS A PAGAR LONGO PRAZO		-7.645.622,86	-28.761.789,67
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO		0,00	-58.217.830,13
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	-1.473.151,43
RESULTADO POSITIVO NAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS		-194.073,60	-2.623.123,71
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	-21.719,57
AJUSTES DO PASSIVO - PROVISÕES		0,00	2.365.353,08
AJUSTES DO ATIVO (DIREITOS NÃO FINANCEIROS)		0,00	323.533,98
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	9.727,82
AJUSTES DO ATIVO NÃO FINANCEIRO - CLIENTES A CURTO PRAZO		0,00	-3.184,06
AJUSTES DO ATIVO NÃO FINANCEIRO - CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO		-650.406,55	115.719,76
AJUSTES DO ATIVO NÃO FINANCEIRO - CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO		37.418,34	0,00
AJUSTES DO ATIVO (DIREITOS NÃO FINANCEIROS)		-51.204.558,98	20.869,94
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO - INTRA		-715.536,97	0,00
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO - INTER		9.496.799,04	0,00
AJUSTES DO PASSIVO - PROVISÕES		0,00	4.951,62
AJUSTES DO PASSIVO - PROVISÕES		0,00	437,08
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		-12.521.484,63	94.913.949,70
VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE		116.882.398,24	-121.633.124,34
FATURAS E DUPLICATAS FATURADAS A RECEBER		-465.782,43	8.126,61
CLIENTES - INTRA OFSS		0,00	178.214,44
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - INTRA OFSS		15.186.342,62	-49.744.902,86
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADO		2.410.273,31	15.802.813,76
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO		82.116.633,98	-36.806.017,65
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES		2.583.012,57	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL		1.754.126,81	157.061,50
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO		-49.419,96	-90.744,78
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO		46.734,29	-120.514,87
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS		2.619.145,05	-2.373.363,62
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL		777.638,34	-12.027.178,01
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS		2.070,00	24.052,46
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL		1.035.129,00	314.788,68
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERC		-62.125,86	-86.323,56
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX-SERVIDOR		-21.811,95	-16.091,24
DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PROPOSTOS A RECEBER		852.982,36	-140.357,89
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO		6.463.737,90	-36.787.977,95
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS		0,00	96.992,65
(-) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.273.461,40	199.907,12
ESTOQUES		380.250,81	-222.074,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	455,01
VARIAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE		-110.270.657,05	78.319.935,18
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		-4.417.083,21	-14.323.640,03
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		-961.442,54	-2.336.440,26
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO		-4.434.588,23	-12.177.894,59
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -		-82.013.717,00	-14.834.448,23
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTRA OFSS		0,00	-5.816,95
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		420.243,21	0,00
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		127.672,47	-67.171,46
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO		-43.559.903,24	79.733.582,54
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO		32.790.205,08	7.798,81
VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO		710.221,67	-349.185,55
VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS		-3.384.212,73	1.134.485,73
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS UNIÃO		-369.175,30	-2.271.121,48
DEPÓSITOS JUDICIAIS EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	-13.513,16
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR		1.173.297,36	6.702.207,57
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		-6.463.737,90	36.787.977,95
VALORES DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS		111.563,31	330.117,29

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

<b>II - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>14.2</b>	<b>19.171.910,82</b>	<b>-77.413.957,02</b>
Ingressos/Desembolsos		-87.621.712,95	-77.215.754,08
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES (INTRA-OFSS)		-92.581.329,89	80.318.661,45
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - INTRA OFSS		4.959.616,94	-157.534.305,53
Ingressos/Desembolsos		106.793.623,77	-198.202,94
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (P - CONTAS A PAGAR)		-106.274,90	0,00
PDV - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		108.087.992,99	0,00
PARCELAMENTO DE REFS		-1.188.034,32	-198.202,94
<b>III - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>14.3</b>	<b>-8.328.128,51</b>	<b>7.719.889,67</b>
Desembolsos		-8.328.128,51	7.719.889,67
IMOBILIZADO - AQUISIÇÕES		-8.219.373,87	-3.729.438,16
INTANGÍVEIS - AQUISIÇÕES		-44.647,00	-7.776,40
OBRAS EM ANDAMENTO DE BENS DE USO COMUM DO POVO A CLASSIFICAR		-64.107,64	0,00
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES DE BLOQUEIOS JUDICIAIS		0,00	11.051.030,52
BONIFICAÇÃO DE AÇÕES DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA		0,00	406.073,71
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (II+III)</b>		<b>4.934.038,87</b>	<b>-18.096.406,81</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - FINAL		7.538.180,03	2.604.141,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - INICIAL		2.604.141,16	20.700.547,97
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (II+III)</b>	<b>14.4</b>	<b>4.934.038,87</b>	<b>-18.096.406,81</b>

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.553.806-00

RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JÚNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 699.878.061-87

MIRIAN PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Departamento de Contabilidade  
CRC - 025.033/DF-0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**





**Mês de Referência:** 14

**Unidade Gestora** 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-  
NOVACAP

**Gestão** 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
	NOTA	31.12.2020	31.12.2019
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		- 112.577.603,96	- 2.372.388,41
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.1	102.134.570,29	16.229.409,38
REALIZAÇÃO DO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	15.2	- 653.985,45	- 202.561,30
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>- 11.097.019,12</b>	<b>13.654.459,67</b>

  
FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00

  
RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 669.878.061-87

  
MIRIAN PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC- 025.033/DF-O






Mês de Referência: 14


Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão 190201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
AS NOTAS EXPLICATIVAS COMPÕEM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
	31.12.2020	31.12.2019
<b>I. Demonstração do valor Adicionado</b>		
<b>(A) RECEITAS</b>	<b>1.523.268,97</b>	<b>527.859,09</b>
(A1) Receita Bruta	465.782,43	32.033,55
(A2) Outras Receitas	740.318,13	142.500,90
(A3) Receitas Ref. Bens de Fabricação Própria	317.168,41	353.323,73
<b>(B) Insumos e serviços adquiridos de terceiros</b>	<b>522.648.921,65</b>	<b>424.145.744,98</b>
(B1) Materiais, Energia, e Outros	342.163.712,50	264.855.927,24
(B2) Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	176.581.174,49	166.954.319,96
(B3) Serviços de Terceiros Pessoa Física	771.527,30	2.282.699,71
(B4) Perdas/Recuperação de Valores Ativos	3.115.025,91	0,00
(B5) Outros	17.481,45	42.798,17
<b>(C) Valor adicionado bruto (A - B)</b>	<b>-521.125.652,68</b>	<b>-423.617.886,89</b>
(D) Retenções (depreciação, amortização, exaustão)	3.830.124,36	3.208.177,08
(D1) Redução ao valor recuperável do imobilizado	391.378,98	0,00
<b>(E) Valor adicionado líquido (C - D - D1)</b>	<b>-525.347.156,02</b>	<b>-426.826.063,97</b>
<b>(F) Transferências Recebidas</b>	<b>784.887.279,37</b>	<b>823.676.898,19</b>
(F1) Subvenções governamentais correntes	781.599.117,19	778.306.368,47
(F2) Subvenções governamentais de capital	2.689.797,68	8.021.010,20
(F4) Resultado com participações societárias e juros sobre o capital próprio	533.861,03	36.145.001,52
(F6) Receitas financeiras	64.603,47	1.204.618,00
<b>(G) Valor adicionado a distribuir (E + F)</b>	<b>259.540.123,35</b>	<b>396.850.834,22</b>
<b>2. Distribuição por Partes Interessadas (em milhares de R\$)</b>	<b>259.540.123,35</b>	<b>396.329.056,41</b>
<b>GOVERNO</b>	<b>60.929.684,64</b>	<b>66.977.073,53</b>
Impostos, taxas e contribuições federais	1.720.705,02	1.403.362,50
INSS	59.199.663,96	65.572.108,85
Impostos, taxas e contribuições Estados/ DF e Municípios	9.315,66	1.601,38
<b>EMPREGADOS</b>	<b>311.188.042,67</b>	<b>298.724.371,29</b>
Pessoal	234.928.228,88	237.413.946,52
Benefícios	34.620.613,80	36.630.556,12
FGTS	36.331.702,01	18.307.743,01
Sistema Social Autônomos	5.307.497,98	6.372.125,64
<b>REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-112.577.603,96</b>	<b>-2.372.388,41</b>
Prejuízo do exercício	-112.577.603,96	-2.372.388,41



FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.653.806-00



RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 689.878.051-87



MIRIAM PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Depart. de Contabilidade  
CRC-025.033/DF-0



Referência: 31.12.2020

Unidade Gestora 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EM 31.12.2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO (+) (-)	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRIÇÃO EM RP NÃO PROC.	SALDO DA DOTAÇÃO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b)		(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k) = (f-g)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.703.009,00	6.703.009,00	1.392.505,43	-5.310.493,57	DESPESAS CORRENTES	617.168.216,00	682.612.216,00	677.165.905,01	635.387.876,01	692.789.766,95	41.779.029,00	5.445.310,99
Receita Tributária	0,00	0,00	463.895,48	463.895,48	Pessoal Encargos Sociais	252.101.915,00	296.956,00	252.679.083,12	248.291.213,16	348.036.285,07	5.387.869,98	5.256.917,88
Imposto sobre Serviços	0,00	0,00	-9.315,66	-9.315,66	Outras Despesas Correntes	265.066.301,00	323.675.215,00	323.487.821,89	287.096.662,85	284.751.501,88	36.391.159,04	188.393,11
Taxes	0,00	0,00	473.211,14	473.211,14								
Receita Patrimonial	536.361,00	536.361,00	888.934,55	352.573,55	DESPESAS DE CAPITAL	144.045.919,00	141.862.014,00	146.023.200,74	112.149.934,66	109.719.555,23	33.872.867,08	-4.160.187,74
Valores Mobiliários	336.361,00	336.361,00	888.934,55	552.573,55	Investimentos	144.045.919,00	141.219.524,00	145.721.967,68	111.844.800,58	108.419.021,15	53.872.867,08	-4.502.343,66
Receita de Serviços	5.469.304,00	5.469.304,00	39.775,40	-5.429.528,60	Amortização de Dívida	0,00	642.690,00	300.534,08	300.634,08	300.534,08	0,00	342.155,92
Serviços Administrativos e Gerais	5.254.515,00	5.254.515,00	39.775,40	-5.214.739,60								
Outros Serviços	214.789,00	214.789,00	0,00	-214.789,00	SUBTOTAL DAS DESPESAS (R)	761.214.135,00	824.474.230,00	823.189.106,75	747.537.210,67	742.509.322,16	0,00	1.285.123,25
Outras Receitas Correntes	697.344,00	697.344,00	0,00	-697.344,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA REFINANCIAMENTO (R)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indeniz., Restituições e Ressarc.	897.340,00	897.340,00	0,00	-897.340,00								
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.729.221,00	9.729.221,00	2.669.700,75	-7.059.520,25	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (R)+(R+R)	761.214.135,00	824.474.230,00	823.189.106,75	747.537.210,67	742.509.322,16	0,00	1.285.123,25
TRANSFER. DE CAPITAL	9.729.221,00	9.729.221,00	2.669.700,75	-7.059.520,25								
Transferências de União	9.729.221,00	9.729.221,00	2.669.700,75	-7.059.520,25								
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I+II)	16.432.230,00	16.432.230,00	4.062.206,18	-12.369.923,82								
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (I+II+IV)	16.432.230,00	16.432.230,00	4.062.206,18	-12.369.923,82								
REPASSES TESOURO	0,00	969.711.625,62	744.313.960,30	-225.397.665,30								
Repasse Correntes	0,00	814.109.069,08	631.082.556,78	-183.126.512,30								
Repasse de Capital	0,00	155.512.556,54	111.430.403,52	-44.082.153,02								
SUBTOTAL REPASSES RECEBIDOS (VI)	0,00	969.711.625,62	744.313.960,30	-225.397.665,30								
DÉFICIT (VII)	0,00	0,00	74.812.840,25	74.812.840,25								
TOTAL VII = (V)-(VI)	16.432.230,00	986.143.856,62	823.189.106,75	-162.954.748,87								
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (VII)	0,00	2.215.359,00	0,00	-2.215.359,00								
Supervirv. Financeiro - Crédito Suplementar	0,00	2.215.359,00	0,00	-2.215.359,00								
<b>T O T A L</b>	<b>16.432.230,00</b>	<b>988.359.214,62</b>	<b>823.189.106,75</b>	<b>-229.996.102,87</b>	<b>T O T A L</b>	<b>761.214.135,00</b>	<b>824.474.230,00</b>	<b>823.189.106,75</b>	<b>747.537.210,67</b>	<b>742.509.322,16</b>	<b>75.651.896,00</b>	<b>1.285.123,25</b>

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF 131.652.806-00

RUBENS OSÓRIO DA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF 665.878.061-97

MARILYN PATRÍCIA ABRORIAS  
Chefe de Dept. de Sustentabilidade  
CRC 025.052/DF-O



Mês de Referência: 31.12.2020

Unidade Gestora: 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão: 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



BALANÇO FINANCEIRO					
	31.12.2020	31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019
<b>INGRESSOS</b>	<b>662.905.447,48</b>	<b>923.008.546,77</b>	<b>DISPÊNDIO</b>	<b>662.905.447,48</b>	<b>923.008.546,77</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.407.838,37</b>	<b>9.951.892,55</b>	<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>496.623.986,61</b>	<b>737.154.169,05</b>
ORDINÁRIA	1.066.630,74	1.930.882,35	Ordinária	489.932.896,46	707.662.566,52
VINCULADA	1.341.207,63	8.021.010,20	Vinculada	6.691.090,15	29.491.602,53
OUTRAS DESTINAÇÕES DE	1.341.207,63	8.021.010,20	Recursos Destinados à Educação	1.026.385,96	0,00
Convênio	1.341.207,63	8.021.010,20	Outras Destinações de Recursos	5.664.704,19	29.491.602,53
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>504.764.729,96</b>	<b>652.508.039,32</b>	Convênio	5.534.783,45	18.204.977,04
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>	<b>504.764.729,96</b>	<b>652.508.039,32</b>	Operação de Crédito	129.920,74	11.286.625,49
Outros	504.754.610,03	652.508.039,32	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>3.620.861,01</b>	<b>12.604.228,99</b>
Valores Pendentes de	10.119,93	0,00	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS P/</b>	<b>3.620.861,01</b>	<b>12.604.228,99</b>
<b>RECEBIMENTOS</b>	<b>78.089.892,87</b>	<b>179.209.763,44</b>	Outros	3.620.861,01	12.604.228,99
Inscrição de Restos a Pagar Não	0,00	82.115.633,98	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>81.940.716,54</b>	<b>95.607.162,45</b>
Inscrição de Restos a Pagar	0,00	5.193.591,29	Pagamentos de Restos a Pagar Não	70.744.119,88	29.527.970,68
Depósitos Restituíveis e Valores	3.385.495,06	31.394.187,07	Pagamentos de Restos a Pagar	5.098.085,98	51.971.014,10
Outros Recebimentos	74.704.397,81	60.506.351,10	Depósitos Restituíveis e Valores	6.061.092,33	14.108.147,27
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>77.642.986,28</b>	<b>81.338.851,46</b>	Ajuste de Exercícios Anteriores	37.418,35	30,40
Caixa e Equivalente de Caixa	2.604.141,16	20.700.547,97	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>80.719.883,32</b>	<b>77.642.986,28</b>
Depósitos Restituíveis e Valores	75.038.845,12	60.638.303,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.973.556,56	2.604.141,16
			Depósitos Restituíveis e Valores	72.746.326,76	75.038.845,12

  
**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**  
 Diretor Presidente  
 CPF 131.653.806-00

  
**RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR**  
 Diretor Financeiro  
 CPF 669.878.061-87

  
**MIRIAN PATRÍCIA AMORIM**  
 Chefe do Dept. de Contabilidade  
 CRC-025.033/DF-0



Mês de Referência: 31.12.2020

Unidade Gestora: 190201 COMPANHIA URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

Gestão: 19201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS

	31.12.2020	31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>801.817.602,47</b>	<b>807.749.731,61</b>	<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>801.817.602,47</b>	<b>807.749.731,61</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	473.211,14	51.699,60	PESSOAL E ENCARGOS	385.762.849,94	380.039.464,21
Taxas	473.211,14	51.699,60	Remuneração a Pessoal	243.817.355,57	252.882.080,44
<b>EXPLORAÇÃO DE VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>496.242,17</b>	<b>75.435,70</b>	Encargos Patronais	100.838.853,95	90.251.978,30
Venda de Mercadorias	39.775,40	45.003,52	Benefícios a Pessoal	35.246.590,82	36.849.873,83
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	456.466,77	30.432,18	Outras VPD - Pessoal e Encargos	5.860.039,50	475.451,64
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>84.600,40</b>	<b>212.740,19</b>	<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>41.226,48</b>	<b>27.224,16</b>
Varições Monetárias e Cambiais	2.162,80	143.250,23	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	41.226,48	27.224,16
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações FI	62.340,48	69.489,96	<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>247.134.459,72</b>	<b>236.540.083,59</b>
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas-Financ.	20.096,93	0,00	Uso de Material e Consumo	23.069.094,94	20.467.961,28
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>784.303.500,76</b>	<b>786.419.446,67</b>	Serviços	220.235.240,42	212.863.945,23
Transferências Intragovernamentais	781.633.800,01	776.398.436,47	Depreciação, Amortização da Exaustão	3.830.124,36	3.208.177,08
Transferências Intergovernamentais	2.669.700,75	8.021.010,20	<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>30.863,13</b>	<b>31.305,59</b>
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINC. DE PASS.</b>	<b>282.485,59</b>	<b>2.085.832,42</b>	Juros e Encargos de Mora	2.438,47	31.305,59
Ganhos com Alienação	0,00	1.473.151,43	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financ.	28.524,86	0,00
Ganhos com Incorp. Ativos	282.485,59	261.353,73	<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>	<b>119.516.902,83</b>	<b>29.823.039,28</b>
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	21.719,57	Transferências Intragovernamentais - INTRA OFSS	109.421.228,43	32.016.895,20
Reversão da Redução ao Valor Recuperável	0,00	329.607,89	Transferências Intergovernamentais	7.532.661,83	7.506.144,08
<b>OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>16.177.582,41</b>	<b>16.904.575,03</b>	Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.563.012,57	0,00
Resultado Positivo de Participações	727.934,83	3.615.001,52	<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC. DE PASSIVO</b>	<b>4.782.373,51</b>	<b>2.855.850,00</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	15.416.389,79	14.297.056,00	Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	1.664.840,38	199.807,12
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	33.257,89	992.517,51	Perdas com Alienação	3.115.025,91	2.746.115,06
			Perdas Involuntárias	0,00	100,00
			Incorporação de Passivos	0,00	9.727,82
			Desincorporação de Ativos	2.507,22	0,00
			<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>1.720.705,02</b>	<b>1.403.362,50</b>
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.720.705,02	1.403.362,50
			<b>OUTRAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>155.405.726,08</b>	<b>149.601.790,69</b>
			Premiações	0,00	3.240,00
			Resultado Negativo de Participações	0,00	65.561,08
			Constituição de Provisões	141.044.882,54	35.865.686,38
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.360.743,46	113.867.304,23
			<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-112.577.608,96</b>	<b>-2.372.388,41</b>

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
Diretor Presidente  
CPF: 131.653.806-00

RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
Diretor Financeiro  
CPF: 669.878.061-87

MIRIAM PATRÍCIA AMORIM  
Chefe do Depto. de Contabilidade  
CRC: 025.033/DF-O

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL DA NOVACAP

Empresa Pública do ramo da construção civil, criada em 1956, com capital fechado dividido em ações pertencentes ao DISTRITO FEDERAL e a UNIÃO, com participações societárias de 56,12% e 43,88%, respectivamente. É obrigada ao cumprimento da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e, desde 1º de julho de 2018, à Lei nº 13.303, de 2016, quanto ao cumprimento das normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, e à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

#### 1.1 Domicílio da Entidade

A **NOVACAP**, inscrita sob o CNPJ nº 00.037.457/0001-70, integra a Administração Indireta do Distrito Federal. Tem sede à SAP – Lote B – Brasília –DF e foro nesta Capital.

#### 1.2 Natureza das Operações

Estatutariamente, a **NOVACAP** tem por objeto:

- I - a execução, diretamente ou por meio de contratos com entidades públicas ou privadas, dos projetos de construção civil e de urbanização de interesse do Distrito Federal;
- II – o desenvolvimento de trabalhos de conservação e reparos de edifícios próprios do Governo do Distrito Federal e de outras obras públicas, que mediante contratos ou convênios, lhe forem atribuídas;
- III – a realização de atividades de elaboração, análise e aprovação de projetos, bem como as relativas à execução, fiscalização e gerenciamento, direto ou indireto, de obras e serviços de engenharia, arquitetura, urbanização, drenagem pluvial, pavimentação, conservação de áreas verdes e paisagismo no Distrito Federal.
- V – a execução de outras obras de infraestrutura urbana que lhe forem confiadas mediante contratos ou convênios;
- VI – o desenvolvimento de estudos e projetos vinculados aos seus objetivos sociais.

#### 1.3 Dependência orçamentária e financeira

A **NOVACAP** é **Empresa Estatal Dependente do Governo do Distrito Federal**, nos termos do art. 2º, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A quase a totalidade da execução orçamentária da **NOVACAP** provém de recursos do Tesouro do Distrito Federal para o custeio geral, de despesas com pessoal, e aquisição de bens para uso na prestação de serviços vinculados à sua atividade principal. Depende do recebimento de **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES** destinadas ao custeio; e **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL** - para investimentos de finalidade pública específica.

Obriga-se ao uso do **Sistema Integrado de Administração Financeira e Contábil (SIAC) do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO)**, na modalidade total.

Cumpra-lhe, suplementarmente, apresentar Demonstrações Contábeis segundo os registros contábeis determinados para os fatos regidos pela **Lei nº 4.320, de 17/03/1964**, além daqueles ligados aos aspectos societários regidos pela **Lei nº 6.404/76**, com as alterações promovidas pelas **Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09**.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade Pública no Brasil, em termos orçamentários, prevalecem as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

#### 1.4 Riscos ligados ao COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos em razão de prováveis impactos relevantes futuros nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em medidas de enfrentamento da emergência de saúde públicas, o Governo do Distrito Federal adotou diversas medidas com impacto na **NOVACAP**:

- promulgou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, bem como da Portaria nº 18, de 22 de março de 2020, que dispõem sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, a partir de 23 de março de 2020; e
- editou o Decreto nº 40.583, de 1º de abril de 2020, que suspendeu serviços de diversas naturezas. Contudo, excepcionou empresas do ramo da construção civil, caso da **NOVACAP**, que é prestadora de serviços essenciais à população do Distrito Federal, abrangendo obras de urbanização, tais como manutenção de vias, áreas verdes, redes de drenagem, e outros de interesse coletivo da sociedade, os quais não podem ser interrompidos, mantendo portanto suas atividades em funcionamento.

A **NOVACAP**, por sua vez, adotou e deu ampla divulgação à determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que exarou a Decisão nº 3715/2020, acerca do alcance de dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 173/20201, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19),

altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, diante da qual se estabeleceu que, em razão da decretação do estado de calamidade pública em razão da pandemia COVID-19, ficam proibidas a criação ou majoração de vantagens e benefícios de quaisquer naturezas, remuneratórias ou não aos empregados públicos e a conversão de licenças-prêmio em pecúnia, o que somente poderá ocorrer a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Diretoria Executiva da Novacap divulgou a Instrução nº 145, de 23 de março de 2020, com o intuito de viabilizar a continuidade do funcionamento dos serviços, estabelecendo normas relativas à execução dos Contratos, contemplando ações contenção, prevenção e redução dos riscos de disseminação e contágio do novo coronavírus (COVID-19), bem como de orientação aos empregados, terceirizados, colaboradores e demais interessados.

Na condição de Empresa Pública, a NOVACAP assumiu a responsabilidade de preservar o maior número de empregos possível, em relação às empresas prestadoras de serviços, na tentativa de colaborar com as medidas de fortalecimento da economia adotadas pelo Governo do Distrito Federal.

Entre as medidas adotadas, a Diretoria Executiva determinou às empresas terceirizadas que continuassem a cumprir suas atribuições contratuais, asseverando-se de cumprir todas as medidas sanitárias requeridas, solicitando que as mesmas notificassem a Companhia os casos em que houvesse necessidade de suspensão dos trabalhos, ainda que provisoriamente, em virtude da pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde.

A NOVACAP também exerceu papel relevante ao apoiar o Governo do Distrito Federal, durante todo o tempo em que houve a distribuição gratuita de máscaras e a testagem em massa da população, com as seguintes ações:

- a. disponibilização de duas VANS, por dias trabalhados, para a entrega de máscaras nos postos de distribuição;
- b. empréstimos e montagem de diversas tendas para a testagem e transporte de mesas e cadeiras para compor o ambiente útil dos postos (*drive-thru*);
- c. uso de VANS da Companhia para a realização do transporte das equipes de testagem da Secretaria de Saúde até os postos de coleta e testagem; e
- d. utilização dos caminhões pipa da Companhia para a lavagem das áreas comuns dos postos de coleta e testagem, bem como das áreas públicas como, por exemplo, a Rodoviária do Plano Piloto, as paradas de ônibus, feiras e áreas comuns do Parque da Cidade.

Internamente, foram adotadas as seguintes medidas:

- a. Aquisição de álcool em gel para disponibilização a todos os setores da Companhia e máscaras descartáveis para distribuição aos empregados que permaneceram no trabalho presencial. Também foram adquiridas máscaras protetoras tipo viseira, para inclusão nos Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- b. Disponibilização de *dispenser* para álcool em gel em pontos estratégicos com grande circulação de pessoas;
- c. Realização de limpeza nos pátios e edificações da Companhia;
- d. Aquisição de termômetros digitais para controle de acesso à Companhia, em atendimento às normas de segurança;
- e. Aquisição de bombas de pulverização e pulverizadores portáteis para a realização de desinfecção em todos os setores da Companhia;
- f. Realização de descontaminação periódica com uso de hipocloreto de sódio em mesas, cadeiras, portas, corrimãos e maçanetas;
- g. Descontaminação periódica com uso de hipocloreto de sódio de todos os veículos da frota (própria e terceirizada);
- h. Aquisição e disponibilização de tapetes sanitizantes para os principais pontos de acesso à Companhia.

Ainda nesse contexto, a Companhia iniciou em 24 de junho de 2020 a Campanha "Plantando Sorrisos", com o objetivo de arrecadar alimentos e agasalhos a serem entregues às famílias que mais necessitam desses auxílios. Essa campanha que chegou à sua oitava edição em 2020, consistiu na troca de doações por mudas de plantas produzidas nos Viveiros da Novacap, em pontos que são montados na sede da Empresa e em diversos locais do Distrito Federal.

Durante a campanha foram adotadas todas as medidas de segurança devido à pandemia do novo coronavírus, com a higienização dos vasos e a orientação a todos os participantes para que não tocassem nas plantas ao escolher.

Além da solidariedade, em 2020, a "Plantando Sorriso" também realizou uma ação de gratidão em quatro hospitais referência no tratamento do novo coronavírus no Distrito Federal, a saber: Hospital Regional da Asa Norte, Hospital Regional de Samambaia, Hospital Regional de Santa Maria e Hospital Regional de Ceilândia, onde foram entregues mudas de plantas produzidas na Novacap como forma de agradecimento pela dedicação dos profissionais que trabalham no enfrentamento à doença.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base NBC TG Estrutura Conceitual - Resolução nº. 1.121/08, utilizando-se de bases confiáveis para a mensuração, em particular as relativas à depreciação, amortização, provisões, contingências e tributos segundo o regime de competência, de modo a preservar a qualidade da informação e a evidenciar a situação financeira, patrimonial, econômica e orçamentária da Companhia.

### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As presentes demonstrações contábeis são apresentadas em Reais. Não houve movimentação em moedas estrangeiras no período a que se referem as demonstrações contábeis.

## 2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo tais estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação, quando os ajustes contábeis correspondentes são realizados. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, por eventual inexistência nas previsões dos valores de execução das ações judiciais nas quais a Companhia figura como polo passivo. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota 12.1.3 Provisões.

## 2.3 Bases Gerais de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, incluindo Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que foram aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis evidenciadas correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, por resultar em informação confiável mais relevante nas demonstrações contábeis, em aplicação prospectiva, a Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal, subordinada à Secretaria de Estado da Economia - **SUCON/SEEC/DF** alterou os parâmetros de contabilização da inscrição dos restos a pagar não processados de 2020, para as empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal. A partir do encerramento do exercício de 2020, tal inscrição passou a ser efetivada pelo saldo dos empenhos não cancelados inscritos na conta de empenhos a liquidar, acionando apenas uma conta de ativo (113819800 - VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO), e uma de passivo (218914001 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR). Os lançamentos de natureza patrimonial, pendentes de condição da efetivação dos fatos geradores, passíveis de consequências tributárias que sensibilizarão as contas dos grupos 1 (ATIVO), 2 (PASSIVO, 3(DESPESA) E 4 (RECEITA), passam a ser lançados no exercício subsequente ao da inscrição, quando do recebimento das notas fiscais correspondentes, observando-se os ritos de liquidação e pagamento. Em consequência, somente em 2021, serão segregadas, para fins patrimoniais, as naturezas das despesas (3 - outras despesas correntes) e 4 (investimentos), nesse último caso, fazendo-se a devida destinação do ativo para a Unidade Gestora a quem pertença o bem (Administração Regional, Secretaria ou outro Ente), quando a NOVACAP realizar obras em favor destas.

### 2.4.1 Impactos da mudança

Por se tratar de reconhecimento prospectivo de ativo e passivo sem relacionar-se a componente do patrimônio líquido, a mudança não afetou os resultados do período corrente. O efeito será reconhecido como receita ou despesa em 2021.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL

As disponibilidades necessárias à manutenção e giro das operações da Companhia aos depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo é apresentado líquido de valores apreendidos por decisões judiciais, na demonstração dos fluxos de caixa.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	31/12/2020	31/12/2019
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.617.634,92	2.239.039,19
RECURSOS VINCULADOS	1.907.993,43	352.550,44
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	482,68	482,53
RECURSOS VINCULADOS - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - POUANÇAS	12.069,00	12.069,00
	7.538.180,03	2.604.141,16

### 3.1 Bancos Conta Movimento

Na condição de Estatal Dependente, a NOVACAP recebe repasses de recursos governamentais, na conta do Banco de Brasília, para a quitação de passivos decorrentes das ações praticadas, regularmente, para o funcionamento da Companhia.

BANCOS CONTA MOVIMENTO	31/12/2020	31/12/2019
BANCO DE BRASÍLIA S/A	5.553.926,60	2.175.119,37
BANCO DO BRASIL S/A	4.712,71	4.712,71
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	55.995,61	59.207,11
	5.617.634,92	2.239.039,19

### 3.2 Recursos Vinculados

Contas bancárias que controlam as descentralizações de recursos das unidades orçamentárias descentralizadoras de créditos à NOVACAP, por meio de convênios ou instrumentos similares.

RECURSOS VINCULADOS	31/12/2020	31/12/2019
BANCO DE BRASÍLIA	1.615.440,17	60.000,00
BANCO DO BRASIL	35.489,99	35.487,17
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	257.063,27	257.063,27
<b>TOTAL</b>	<b>1.907.993,43</b>	<b>352.550,44</b>

Predominantemente, a variação de saldo ocorreu na conta do Banco de Brasília, pelo recebimento de recursos destinados ao pagamento de medições de obras ou serviços executados por meio de Convênios, quais sejam:

Descrição do Convênio	Objeto	R\$
Convênio nº 007/2016 - TERRACAP	Serviços contínuos de operação, manutenção preventiva e corretiva do gramado do campo de futebol e seus respectivos sistemas de irrigação e drenagem, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, no Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha	11.806,31
Convênio nº 102/2014 - TERRACAP	Execução de serviços contínuos de operação, manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e fornecimento de peças de reposição, incluindo mão de obra, para 20 elevadores e em 12 escadas rolantes do Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha.	60.000,00
Convênio nº 002/2016 - SEMA	Construção de 03 (três) centros de triagem e reciclagem de resíduos sólidos e 01 (uma) central de comercialização de materiais recicláveis, no imóvel cedido pela Secretaria de Patrimônio da União à CETCOOP, localizado no Pátio Ferroviário de Brasília, situado entre a EPIA, EPCL, EPCA e SAAN, da Região Administrativa de Brasília-DF	954.968,30
Convênio nº 060/2019 - TERRACAP	Execução obras de pavimentação asfáltica e meios-fios na Região Administrativa de Vicente Pires	189.000,00
Convênio nº 047/2020 - TERRACAP	Execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios e bocas de lobo na rua 08, entre as ruas 03 e 07, em Vicente Pires / DF.	399.665,56
<b>TOTAL</b>		<b>1.615.440,17</b>

O saldos de R\$ 35.489,99 da conta do Banco do Brasil – recursos vinculados - corresponde a valores bloqueados sem identificação dos processos judiciais a que se vinculam, o que inviabiliza a transferência de saldos para a conta de valores apreendidos.

### 4. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

São valores a receber por fornecimento de bens e serviços realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações.

#### 4.1 Créditos de Transferências a Receber – Consolidação

Direitos de transferências a receber por subvenções governamentais, realizáveis no curto prazo, a saber:

CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	Em R\$	
	31/12/2020	31/12/2019
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES – INTRA-OFSS	149.440.853,48	164.827.196,10
RECURSOS A RECEBER – SUBVENÇÕES NÃO TESOUREIRO	0,00	2.563.012,57
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.642.083,22	5.052.356,53
RECURSOS A RECEBER - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	82.116.633,98
<b>TOTAL</b>	<b>152.082.936,70</b>	<b>254.359.199,18</b>

#### 4.1.1 Recursos a Receber – Subvenções - INTRA OFSS

O saldo de **R\$ 149.440.853,48**, inscrito ao fim do exercício se deve à condição de Estatal Dependente dos cofres do Tesouro do Distrito Federal. Essas subvenções a receber se referem a recursos financeiros a serem repassados à NOVACAP pela Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal para cobertura dos seguintes gastos

NATUREZA DAS DESPESAS QUE ORIGINARAM AS SUBVENÇÕES A RECEBER INTRA- OFSS	31/12/2020	31/12/2019
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	76.480.764,27	42.657.910,17
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.447.585,32	100.132.770,90
4 - INVESTIMENTOS	23.092.260,68	21.836.515,03
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	420.243,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>149.440.853,48</b>	<b>164.827.196,10</b>

O acréscimo em subvenções a receber para cobertura de gastos com pessoal e encargos, de R\$ 33.822.854,10, decorre preponderantemente da solicitação de recursos ao Tesouro do DF de R\$ 32.790.205,08 (trinta e dois milhões, setecentos e noventa mil, duzentos e cinco reais e oito centavos) para o pagamento das parcelas de curto prazo do **PDV 2020-2025 - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO**.

#### 4.1.2 Recursos a Receber – Subvenções – Fonte Não Tesouro

Em 2020 foi realizada a baixa de valores a receber de convênios anteriormente firmados com a TERRACAP, por solicitação à SUCON/SEF/SEEC por meio de mensagem do SIGGO nº 13.970/2020, em razão da conclusão dos



objetos a que se referem, com a conseqüente prestação de contas à Conveniente. Foram baixados os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO DO CONVÊNIO	OBJETO	R\$
CONVÊNIO Nº 076/2017 - TERRACAP	Execução dos serviços de fornecimento, plantio e manutenção de grama tipo esmeralda no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - Brasília-DF	313.431,97
CONVÊNIO Nº 102/2014 - TERRACAP	Execução de serviços contínuos de operação, manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e fornecimento de peças de reposição, incluindo mão de obra, para 20 elevadores e em 12 escadas rolantes do Estádio Nacional de Brasília - Mané Garrincha.	300.000,00
CONVÊNIO Nº 065/2017 - TERRACAP	Construção de 04 (quatro) praças no Setor de Habitações Coletivas Noroeste - Brasília-DF, nas quadras SQNW 311, SQNW 309, SQNW 108 e na área entre as quadras SQNW 110 E 109.	892.422,94
CONVÊNIO Nº 632/2016 - TERRACAP	Execução da complementação dos serviços de pavimentação asfáltica, meios-fios, sinalização viária e drenagem pluvial nas quadras 101, 102, 301 e 302 no centro urbano de Samambaia/DF	1.057.157,66
<b>TOTAL</b>		<b>2.563.012,57</b>

#### 4.1.3 Recursos a Receber – Restos Pagar Processados

Essa conta representa os recursos a receber inscritos conforme o Decreto nº 41.277, de 2020, exclusivamente da fonte **100 - TESOURO**, para subsidiar as obrigações liquidadas, porém não pagas até 31/12/2020, descritas a seguir:

RECURSOS A RECEBER POR RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (em R\$)			
DESCRIÇÃO DA FONTE: 100 - TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	856.000,12	589.730,14
3	FORNECEDORES	1.019.854,60	2.725.388,44
4	EMPREITEIROS DE OBRAS NÃO MOBILIZÁVEIS (P - CONTAS A PAGAR)	766.228,50	1.737.237,95
<b>TOTAL</b>		<b>2.642.083,22</b>	<b>5.052.356,53</b>

#### 4.1.4 Recursos a Receber – Restos Pagar Não Processados

Por orientação da Ata nº 02/2020, no âmbito do processo SEI nº 00112-00001378/2020-42, relativa à mudança de parâmetros de contabilização da inscrição dos restos a pagar não processados de 2020, para as empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, com vistas a evitar a duplicidade de valores de ativos e passivos, não foram inscritos os correspondentes recursos a receber de restos a pagar não processados, ao término do exercício. A efetivação dos registros de tais direitos se dará em 2021, na mesma proporção e em consequência do reconhecimento do passivo pela regular liquidação das notas fiscais apresentadas pelos fornecedores. Vide nota explicativa nº 2.4.

### 5. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL - CONSOLIDAÇÃO

De acordo com as rotinas parametrizadas para a Folha de Pagamento, definidas para o Sistema Integrado de Recursos Humanos do Distrito Federal - SIGRH, as regularizações dos saldos das contas contábeis de se processaram regularmente. Os controles de saldos são realizados mensalmente, por meio da conciliação dos registros contábeis com os dos relatórios emitidos pelo SIGRH.

ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		
	31/12/2020	30.12.2019
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	1.804.401,87	1.650.344,32
EMPRÉSTIMO SALARIAL DE FÉRIAS	0,00	1.908.194,36
	<b>1.804.401,87</b>	<b>3.558.528,68</b>

#### 5.1 Adiantamento de Férias

O adiantamentos de férias é concedidos aos empregados em obediência à legislação trabalhista. O desconto dos adiantamentos acontece sempre no mês seguinte, salvo suspensão do desconto nos termos amparados por lei.

#### 5.2 Empréstimo Salarial de Férias

Nos meses em que são descontados os adiantamentos de férias, a NOVACAP concede aos empregados esse empréstimo, em atenção aos termos do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2018/2019, cláusula quadragésima, o qual aduz: "A NOVACAP concederá o valor correspondente ao adiantamento de férias recebido, a título de empréstimo salarial, que será devolvido em 10 (dez) parcelas mensais e iguais". As inscrições de concessões e as baixas pelos descontos são realizadas com base em relatórios parametrizados e emitidos pelo SIGRH.

Para fins de consolidação com o PCASP da Federação, que não dispõe de conta de natureza semelhante, houve mudança no Plano de Contas do Governo do Distrito Federal. Os saldos antes controlados separadamente por meio da conta Empréstimo Salarial de Férias foram adicionados aos Adiantamentos de Férias.

## 6. CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Registram-se ao valor original, acrescentando-se as correções monetárias, juros ou multas legalmente incidentes as multas e juros pagos pela NOVACAP, que requerem apuração com vistas à provável imputação de responsabilidade ou à absorção do prejuízo pela Companhia, que somente ocorre mediante expressa decisão da Diretoria Executiva.

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO DECORRENTES DE PROCESSOS	37.248,00	32.572,09
CRÉDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANOS OU	335.599,24	371.980,21
MULTAS E JUROS DE SERVIDORES RESPONSABILIZADOS - TCE	33.751,08	48.780,31
<b>TOTAL</b>	<b>406.598,32</b>	<b>453.332,61</b>

## 7. DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS - FONTE TESOURO	16.475.803,10	19.025.682,99
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS - FONTE PRÓPRIA	412.532,37	480.797,53
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOURO	3.973.561,56	4.499.444,08
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOURO	12.492.548,49	12.529.956,83
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO TESOURO	36.781.588,35	36.995.925,55
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL - GESTÃO NÃO TESOURO	1.506.027,86	1.506.028,14
<b>TOTAL</b>	<b>71.642.061,73</b>	<b>75.038.845,12</b>

Os depósitos restituíveis e valores vinculados compreendem os depósitos judiciais compulsórios, bem como os saldos financeiros bloqueados judicialmente, sequestrados por sentença judicial definitiva, que aguardam a obtenção de saldo orçamentário que permita a transferência para a conta de despesa, em obediência ao preceito do art. 60 da Lei nº 4.320, de 1964. Os depósitos são controlados pelo Sistema de Informações Jurídicas - SISJUR, até que haja o pagamento da ação judicial a que se vinculam, quando tais recursos podem ou não ser convalidados em penhora para adimplir os valores contestados. Excessos de valores depositados em favor dos demandantes, após o adimplemento do crédito, e consequente devolução do saldo em favor da Companhia, se houver, são registrados na data do fato gerador e imediatamente devolvidos a SUTES/SEF. O mesmo ocorre com os saldos apreendidos, exceto em caso de inexistência de empenho para reconhecimento dos valores sequestrados, que permitem a baixa para a despesa. Também nesse caso as devoluções de recursos ao Tesouro do Distrito Federal acontecem no caso de completo êxito na lide, por parte da NOVACAP. As solicitações de suplementação meramente orçamentária para regularização dos saldos bloqueados e sequestrados judicialmente são acompanhadas por meio do processo 00112-00002994/2021-00, ao qual foram anexados os processos nº 00112-00038334/2018-53, 00112-00038873/2019-73, 00112-00028234/2019-08 e 00112-00014098/2020-02. O atendimento aos requerimentos de suplementação orçamentária por parte do Tesouro do Distrito Federal tem sido inviabilizado pelas contantes ocorrências de frustração de arrecadação de receitas, devidas a questões econômicas e conjunturais.

### 7.1 Depósitos Judiciais Efetuados - Fonte Tesouro

Sempre que demandada judicialmente, a NOVACAP efetiva depósitos bancários em favor de ações trabalhistas. Em 2020, esses depósitos totalizaram **R\$ 16.475.803,10**, valendo-se de repasses financeiros da SUTES/SEF/SEEC, sob condição de devolução, em caso de êxito total ou parcial na lide.

### 7.2 Valores Apreendidos por Decisão Judicial

Os bloqueios judiciais, denominados valores apreendidos, foram realizados pelo **SISBACEN - Sistema de Informações do Banco Central, em cumprimento de ordens judiciais em ações cíveis e trabalhistas**. Sempre que demandada a Companhia envia todos os esforços para o pagamento das ações. As apreensões de valores somente ocorrem quando as limitações financeiras da Companhia e do Governo do Distrito Federal inviabilizam a realização dos depósitos judiciais ordenados. Apresenta-se a série histórica dos valores apreendidos que em 31/12/2020 totalizaram **R\$ 54.753.726,26**.

Em R\$	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	2.427.019,89	1.827.203,83	4.311.810,15	23.703.884,81	43.504.186,59	55.531.364,80	54.753.726,26

O aumento de saldos nessa conta, observado a partir de 2016, se deve à sucumbência da NOVACAP em processos judiciais decorrentes do cancelamento dos empenhos que deveriam ter sido inscritos como restos a pagar em 31.12.2014. Por relevante, informa-se que a não inscrição se deu por imposição do Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014 que cancelou os empenhos realizados a partir de 1º de maio de 2014, relativos as fontes 100, 101, 102, 105 e 109, que não tivessem sido liquidados à data de sua publicação.

## 8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS CONTRATUAIS	1.529.048,51	1.531.118,51
CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE PESSOAL	1.190.127,12	2.225.256,12
CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE PAGAMENTO DE DESPESAS DE TERCEIROS	388.119,95	325.994,09
CRÉDITO A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDOR E EX SERVIDOR	62.355,11	40.543,16
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES PREFERENCIAIS NOMINATIVAS	4.435,76	163.755,96
DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER – AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS	7.267,85	10.995,15
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - AÇÕES PREFERENCIAIS NOMINATIVAS	0	679.041,34
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - AÇÕES ORDINÁRIAS NOMINATIVAS	0	10.893,52
DEVEDORES POR CHEQUES DEVOLVIDOS	21.598,17	21.598,17
VALORES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO	75.651.896,08	82.115.633,98
<b>TOTAL</b>	<b>78.854.848,55</b>	<b>87.124.830,08</b>

Registram-se ao valor original e, posteriormente, quando aplicável, são mensurados por seu valor de realização, acrescentando-se correções monetárias e juros incidentes.

A redução de valor desses recebíveis decorre predominantemente de baixas nos registros de valores pendentes de liquidação registrados em contrapartida da inscrição de restos a pagar não processados, em rotina de encerramento do exercício de 2020, política contábil, para reconhecer os empenhos com ordens de serviços emitidas, cuja confirmação dos valores a pagar estejam pendentes de comprovação por ações de liquidação da despesa orçamentária, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos comprobatórios do respectivo crédito (Lei n.º 4.320/64 artigo 63).

### 8.1 Juros sobre Capital Próprio – Ações Preferenciais Nominativas

EMPRESA	31/12/2019	D	C	31/12/2020	DESCRIÇÃO
BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A	0,00	344.832,13	344.832,13	0,00	A NOVACAP é adonista do Banco de Brasília e nessa condição registrou, conforme avisos do BRB, os créditos do exercício corrente a que tinham direito, no valor de R\$ 344.832,13, que foram integralmente recebidos durante o exercício de 2020, conforme guias de recebimento.
TELEFÔNICA BRASIL S/A	679.041,34	0,00	679.041,34	0,00	As ações da Telefônica que pertenciam à NOVACAP, encontravam-se em balcão organizado – Bovespa, tendo como Corretora a Agora Investimentos. Em consequência de bloqueios judiciais, todas as ações foram liquidadas e os saldos realizados foram transferidos para a conta judicial nominada no âmbito do Processo 0701546.84.2017.8.07.0001.

### 8.2 Valores Pendentes de Liquidação

Em atendimento às normas de encerramento do exercício, a NOVACAP registrou em seus ativos, como pendentes de liquidação, a correspondência de saldos inscritos no passivo, a título de restos a pagar não processados no valor de **R\$ 75.651.896,00** por meio de rotina automática do SIGGO, no encerramento de cada exercício e cujas baixas devem ocorrer em 2021, conforme modelo parametrizado do mesmo sistema, pela liquidação ou cancelamento. Dos restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2019, no valor total de **R\$ 82.115.633,98**, foram pagos aos fornecedores no exercício corrente **R\$ 74.224.119,88** e cancelados, até junho de 2020, **R\$ 7.891.514,10**.

## 9. AJUSTES PERDAS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A NOVACAP reporta o risco por perdas de créditos de liquidação duvidosa, nos termos das normas vigentes, sendo provável a não realização dos valores descritos a seguir.

	113910401 (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$
1	Processo judicial 2000.01.1.090477-4 - Execução frustrada - expedida certidão de crédito em favor da NOVACAP, ainda não prescrito o direito.	2.654,93
2	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Processo Judicial suspenso por um ano.	7.703,73
3	Houve êxito no processo judicial nº 2005.01.1.026535-3, porém não foram localizados bens a penhora. Expedida certidão de crédito.	5.097,04
4	Processo nº 112.002.747/2002. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2002.01.1.101937-5, não foram localizados bens a penhora.	6.897,00
5	Processo nº 112.000261/2002, volume II, folha 287. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2005.01.1.101937-5, não foram localizados bens a penhora.	269,73
6	Risco de perda provável, processo nº 112.001757/2004-00.	673,91
7	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2007.01.1.053890-6, não foram localizados bens a penhora. Expedida certidão de crédito.	2.941,82
8	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	3.351,09
9	Processo nº 00112-00019487/2019-82, Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 2013.01.1.064743-3, não foram localizados bens a penhora.	16.024,50
10	Processos nº 112.002967/2012 e 112.003923/2012. A demanda foi julgada procedente e transitou em julgado, porém o processo judicial foi arquivado provisoriamente em virtude da não localização de bens passíveis de penhora em nome da Executada.	177.942,50
11	Processo nº 00112-00019487/2019-82. Ação julgada procedente. O cumprimento de sentença está suspenso por 1 ano, pois não foram localizados bens passíveis de penhora.	1.049.905,15
12	Processo nº 2005.01.1.026535-3, PROC 112.004.543/1998- registro 2000NL9440. Embora tenha alcançado êxito no processo judicial nº 0702614-81.2018.8.07.0018, não foram localizados bens a penhora. Proc. Jud. suspenso por um ano.	50.014,11

113910401 (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$
13	Após êxito no Processo Judicial nº 0702213-82.2018.8.07.0018 por parte da NOVACAP nos autos do Cumprimento de Sentença foram realizadas várias diligências no sentido de localizar ativos da devedora para satisfazer o débito, mas não foram encontrados. Posteriormente, foi celebrado acordo para pagamento parcelado do débito pela reclamada, conforme deliberação da Diretoria Executiva (29067248). Homologado o acordo em Juízo (42023541) o Executado efetuou o pagamento das parcelas referentes a fevereiro e março de 2020. Em abril, a reclamada peticionou judicial e administrativamente requerimento pela suspensão do acordo pelo período de 6 (seis) meses, informando problemas financeiros em virtude da pandemia da COVID-19.	82.366,46
14	Crédito a receber por danos ao patrimônio. Ação de cobrança judicial nº 2011.01.1.204209-5, ex-empregado, CPF 310.598.131-49 - id nº 8589 OAB/DF – proc. 112.004.289/11, 3305/11, 2029/12 - registro 2011NL7758.	195.135,80
15	Ação de cobrança por Termo de Rescisão Contratual fechado com saldo devedor, em desfavor do ex-empregado matr. 18.500-0 - proc 112.000.283/2018- registro 2018NL9440.	6.119,61
16	Depósitos judiciais em favor de ações de diversas ações trabalhistas.	3.436,51
TOTAL		1.610.533,89

## 10. ESTOQUES

A NOVACAP constitui a comissão para execução do inventário anual do material de almoxarifado do exercício de 2020, por meio da publicação Instrução nº 529, de 12/11/2020, republicada nos termos da Instrução nº 572, de 08/12/2020, em atenção ao Decreto nº 41.277, de 30/09/2020. Foram inventariados todos os materiais destinados a consumo ou uso como matérias-primas aplicáveis na fabricação de massa asfáltica, concreto e formação de mudas de vegetais utilizadas nas atividades de urbanização do Distrito Federal. Em sua mensuração, na entrada, esses bens são avaliados ao custo de aquisição, aplicação ou formação; nas saídas pelo custo médio ponderado móvel.

## 11. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende o Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e o Intangível.

### 11.1 Ativo Realizável a Longo Prazo

Correspondem a Créditos a Longo Prazo – Recursos a Receber Subvenções INTRA-OFSS - que exercem papel relevante para o equilíbrio financeiro da Companhia, na manutenção do capital de giro de longo prazo. Esses recebíveis são solicitados à SUTES/SEF/SEEC, para assegurar o posterior repasse de recursos para cobertura de despesas com pessoal de exercícios anteriores, amortização de dívidas tributárias parceladas e outras despesas correntes com provisões de longo prazo. Em 31.12.2020, totalizaram **R\$ 150.993.095,51**.

#### 11.1.1 Recursos a Receber Subvenções (INTRA OFSS) – Longo Prazo

Comparativamente ao término do exercício de 2019, observa-se relevante aumento no saldo de subvenções a receber, destinadas principalmente à cobertura dos gastos com o **PDV 2020-2025 - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO** a longo prazo, da ordem de **R\$ 108.087.932,99** (cento e oito milhões, oitenta e sete mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos centavos), incluídos entre as subvenções de pessoal.

FONTE: 100 - TESOURO DO DISTRITO FEDERAL			
CATEGORIA DE GASTOS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO (INTRA OFSS)	31/12/2020	31/12/2019
CATEGORIA 1	PESSOAL	125.970.331,12	28.638.826,27
CATEGORIA 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.052.867,82	26.715.008,46
CATEGORIA 6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.969.896,57	3.157.930,89
RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES - LONGO PRAZO (INTRA OFSS)		150.993.095,51	58.411.765,62

### 11.2 Investimentos

A NOVACAP é titular de investimentos permanentes, cuja propriedade resulta do recebimento de ações/quotas em outorga, em decorrência de processos de:

**I. cisão da própria NOVACAP**, determinada pela **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964**, para a formação do capital das seguintes empresas:

- CEB** - Companhia Energética de Brasília S.A.;
- BRB** - Banco de Brasília S.A.;
- SAB** - Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda.;
- TCB** - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília; e
- CODEPLAN** - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

**II. transferência e incorporação dos bens** vinculados às atribuições específicas do Departamento de Água e Esgotos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP para a formação do capital

da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em obediência ao Decreto-Lei nº 524, de 8 de abril de 1969.

**III. sucessão nos direitos e obrigações da NOVACAP**, na gestão do Convênio nº 036/91, de 15 de maio de 1991, pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - **METRÔ-DF**, nos termos da **Lei nº 513, de 28 de julho de 1993**.

**IV. de aquisição de direito a linhas telefônica da Claro S/A resultante de plano de adesão com recebimento de ações**, no modelo de autofinanciamento do Sistema Telebras, anterior à privatização ocorrida em 1998, regulamentada pelo Decreto nº 52.859, de 18 de Novembro de 1963, para a formação de capital de empresas resultante da cisão desse sistema, nos termos da Lei nº 9.295 de 19 de julho de 1996.

#### 11.2.1 Participações Permanentes - Consolidação

As Participações Permanentes – Consolidação, evidenciam a seguinte posição acionária em 31/12/2020:

Empresa	C.N.P.J	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unif. Ordin.e Pref.	VPA lote 1000 Ord. e Pref.	Ord. Vir.em R\$	Pref. Vir.em R\$	Total em R\$	% partic. no cap.social
			ORDIN.	PREF						
Claro S/A	40.432.544/0001-47	18.738.787,871,39	45	6	1,34837	1.348,37	60,68	8,05	68,77	3,66933E-07
Cia. Energética de Brasília	00.070.698/0001-11	566.025.000,00	8.978	0	58,88000	58.880,00	528.624,64	0	528.624,64	0,093392454
Cia. de Saneamento Ambiental do DF	00.082.024/0001-37	1.311.953.000,00	6.300,205	0	0,10000	100,00	630.020,50	0	630.020,50	0,048021573
Banco de Brasília - BRB	00.000.208/0001-00	900.000.000,00	142,237	42,090	38,52165	38.521,65	5.479.203,93	1.621.376,25	7.100.580,18	0,788953353
<b>TOTAL</b>							<b>6.637.909,75</b>	<b>1.621.384,34</b>	<b>8.259.294,09</b>	

Em 2020, foram baixados **R\$ 3.152.444,25** em ações da Companhia Energética de Brasília – CEB, dos quais **R\$ 3.115.025,91** em decorrência de perda de ações em liquidação forçada devido bloqueio judicial de ações conforme relatório da investida. Também houve o lançamento de ajuste para complementação de registro contábil do depósito judicial decorrente de alienação forçada de ações da CEB/SA, anteriormente realizado pela **2019NL13240**. A correção foi realizada em 28/02/2020 por meio da nota de sistema **2020NS00006**, no valor de **R\$ 37.418,34**. O **BRB** e a **CEB** são as únicas empresas do Complexo do Distrito Federal que têm ações negociadas em bolsa de valores.

#### 11.2.2 Participações Permanentes – INTRA OFSS

A Companhia também possui investimentos em outras empresas públicas de capital fechado e sociedades de economia mista integrantes do Governo do Distrito Federal, controladas sob o título de participações INTRA OFSS. Tais investimentos não mantidos para venda e se destinam a produzir benefícios pela sua permanência, por meio do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Empresa	UG/GEST AD	Valor Capital Social (em R\$)	Quantidade de ações		VPA Unif. Ordin.e Pref.	VPA lote 1000 Ord. e Pref.	Ord. Vir.em R\$	Pref. Vir.em R\$	Total em R\$	% partic. no cap.social
			ORDIN.	PREF						
Cia. do Metropolitano do DF	200204-20204	2.499.805.821,72	200	0	94,28000	94.280,00	18.856,00	0	18.856,00	0,000754299
Soc. Transporte Coletivo de Brasília	200201-20201	28.723.580,00	248	0	1,00000	1.000,00	248,00	0	248,00	0,000863402
Cia. de Planejamento do Distrito Federal	130201-13201	12.233.727,60	4.186,765	0	0,01	10,00	41.867,95	0	41.867,95	0,342233793
Soc. de Abastecimento de Brasília S/A – em liquidação	320205-32205	16.368.857,49	124,767,021	0	0,01	10,00	1.247.670,21	0	1.247.670,21	7,622219274
<b>TOTAL</b>							<b>1.308.642,16</b>		<b>1.308.642,16</b>	

As ações da **TCB**, **CODEPLAN**, **CAESB** e **METRÔ** não estão disponíveis para a negociação em mercado

#### 11.3 Imobilizado

Os itens tangíveis de uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens totalizam **R\$ 602.262.366,25**. A NOVACAP realizou o Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis, contemplando a posição em 31/12/2020, efetuando averiguação "in loco" da existência real dos bens móveis e confirmação da propriedade dos mesmos, nos termos do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, observando ainda a Instrução Normativa nº 01 de 17 de agosto de 2020 – SUCON/SEF/SEEC/DF.

##### 11.3.1 Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis (Impairment)

Em 2020, houve o reconhecimento de **R\$ 391.378,98** por imparidade entre valores contábeis e recuperáveis, dos quais **R\$ 327.580,70** referem-se a redução ao valor recuperável de equipamentos de informática e **R\$ 63.798,28**, de veículos.

## 12. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Registram-se em observância às determinações da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - NBC TG Estrutura Conceitual.

### 12.1 PASSIVOS CIRCULANTES

Dívidas de curto prazo, reconhecidas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas dos encargos e variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis intermediárias, quando aplicável. Em 2020, as dívidas de curto prazo foram reduzidas em 27% em relação ao exercício anterior.

#### 12.1.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Registra, passivos reconhecidos por competência, de acordo com a Folha de Pagamentos emitida pelo SIGRH, e baixados quando de seu pagamento. Os encargos sociais se subdividem em: *i*) **consolidação** - referente ao FGTS a recolher em nome dos empregados; *ii*) **INTER OFSS União** - que registra os saldos a recolher por INSS patronal sobre a folha dos trabalhadores celetistas.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	31/12/2020	31/12/2019
PESSOAL A PAGAR		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	12.883.108,17	17.300.191,38
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS UNIÃO	2.132.003,65	3.093.446,19
TOTAL	13.025.502,60	17.460.050,83
	28.040.614,42	37.853.728,46

#### 12.1.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Passivos com fornecedores de matérias - primas para fabricação de asfalto, concreto e produção de mudas, e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da execução de obras, uso de serviços de terceiros, consumo de energia elétrica, água, telefone, e demais contas a pagar.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	31/12/2020	31/12/2019
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS (P - CONTAS A PAGAR)	944,19	4.572.426,01
FORNECEDORES DE SERVIÇOS (P - CONTAS A PAGAR)	2.854.786,09	51.292.744,10
EMPREENHEIROS DE OBRAS NÃO IMOBILIZÁVEIS (P - CONTAS A PAGAR)	22.546.467,87	51.766.952,20
FORNECEDORES DE BENS E MATERIAIS EXERCÍCIO ANTERIOR	1.315.688,87	449.746,89
FORNECEDORES DE SERVIÇOS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	3.389.110,42	4.038.863,24
TOTAL	30.107.017,44	112.120.734,44

#### 12.1.3 Provisões

Decorrem de processos judiciais e são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor possa ser feita em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

PROVISÃO PARA RISCOS DE PERDA PROVÁVEL EM AÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS (em R\$)	31/12/2020	31/12/2019
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO	28.533.052,94	28.405.380,47
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	46.591.855,04	90.151.758,28
OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO	9.796,81	9.796,81
TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (em R\$)	75.134.704,79	118.566.935,56
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - LP	3.662.140,64	3.662.140,64
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS - LP	23.052.867,82	23.052.867,82
TOTAL DAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	26.715.008,46	26.715.008,46
TOTAL	101.849.713,25	145.281.944,02

O montante de provisões é suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a processos:

- trabalhistas**, destacando-se ações individuais de (i) apuração do complemento de remuneração por implantação de PCCS; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações de terceirizados por responsabilidade solidária;
- fiscais**, em relação a não homologação de compensações de tributos federais; e
- cíveis**, referentes à alegações de não pagamento de notas fiscais emitidas contra a Empresa do ano de 2014 cujos empenhos foram cancelados em observância ao Decreto nº 36.182, de 23 de dezembro de 2014; bem como de reclamações descumprimentos de cláusulas contratuais relacionadas ao pagamento de obras diversas.

O registro das provisões utiliza estimativas baseadas em relatórios elaborados por avaliações técnicas de detecção de risco de perda, realizadas pela Diretoria Jurídica - DJ, segregando as provisões de fechamento da discussão judicial em curto ou longo prazos, e classificando os processo com teses semelhantes, considerando fatores como a

análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Evidenciam-se ainda os riscos trabalhistas, por solidariedade. Esses passivos são estimados pelo valor líquido da perda provável de cada processo, entendido como tal o valor presente da decisão judicial mais recente (de forma excludente, sentença, condenação ou acórdão se este reformar o valor da sentença), quando houver, deduzido de eventuais depósitos recursais já efetuados, e/ou de bloqueios do sistema BACENJUD.

#### 12.1.3.1 Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo

A NOVACAP é polo passivo em processos judiciais trabalhistas classificados em riscos de perda provável, os quais em 31/12/2020 totalizam **R\$ 28.533.052,94**. São acompanhados pela Diretoria Jurídica, registrados no SIAC/SIGGo e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações.

#### 12.1.3.2 Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo

O corpo de advogados da Diretoria Jurídica da NOVACAP acompanha OS processos judiciais cíveis, nos quais a Companhia é polo passivo. Que em 31/12/2020 totalizam **R\$ 46.591.855,04**, de diversas naturezas, e classificados com risco de perda provável. Esses processos são registrados no SIAC/SIGGo e conciliados com os registros do Sistema de Informações Judiciais – SISJUR, que funciona como controle subsidiário das ações. No exercício de 2020 houve uma redução de R\$ 43.559.903,24.

BAIXA/INSCRIÇÃO	R\$
ATUALIZAÇÃO DA PROVISÃO DE RISCO DA AÇÃO CIVIL, PROC JUDICIAL 0009731-27.1995.8.07.0001, EMBRACO - CF DECISÃO ID-63512333 DE 22/05/2020, DEVIDO À ACOLHIDA PELO JUIZ DA IMPUGNAÇÃO DA PARTE EXECUTADA PARA RECONHECER O EXCESSO DE EXECUÇÃO.	- 25.583.927,74
BAIXA POR QUITAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL Nº 071536-48.2018.8.07.0001, 2ª VARA DO TJDF, COM USO DE RECURSOS DE BLOQUEIOS JUDICIAIS DE AÇÕES DE OUTRAS EMPRESAS, CONVERTIDAS EM DEPÓSITO JUDICIAL EM FAVOR DA RECLAMANTE PAULO ZIOBER METALURGIA.	- 165.555,00
REDUÇÃO DO PASSIVO - PROC. JUD Nº 071546-84.2017.8.07.0001, EM RAZÃO DE GARANTIA DE JUÍZO POR BLOQUEIO JUDICIAL DE AÇÕES DE OUTRAS EMPRESAS, CONVERTIDAS EM DEPÓSITO JUDICIAL EM FAVOR DA RECLAMANTE EBF COM E SERV LTDA.	- 17.813.592,50
RISCO DE PERDA PROVÁVEL - PROCESSO Nº 0705330-92.2015.8.07.0016 - 3º JUÍZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.	3.172,00
TOTAL	- 43.559.903,24

Todas as baixas foram reconhecidas em contrapartida de AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – rubrica 237110100 – SUPERAVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO.

#### 12.1.3.3 Processos de natureza cível ou trabalhista, classificados com risco de perda possível

Embora não contabilizáveis, porém de indicação obrigatória em notas explicativas (NBC TG 25), a NOVACAP dá a conhecer que, em 31/12/2020 foram avaliados pela Diretoria Jurídica da NOVACAP e classificados com risco de perda possível, 102 processos de natureza cível que somam a quantia de **R\$ 19.497.422,53**, e 782 processos de natureza trabalhista com perda estimada de **R\$ 1.219.099,75**.

#### 12.1.3.4 Plano de Demissão Voluntária

Em 19 de agosto de 2020, após estudos legais e atuariais de praxe, com amparo nos elementos contidos no Processo n.º 00112-00029548/2019-10, a NOVACAP tornou público o Programa de Desligamento Voluntário – PDV 2020, mediante publicação de Aviso no DODF e ampla divulgação de Regulamento próprio, elaborado em conformidade com o Decreto nº 40.433, de 2020.

O PDV 2020 foi autorizado pelo Conselho de Administração da NOVACAP (CONSAD) e ocorreu em duas etapas de adesão, sendo a primeira realizada entre 07 de agosto a 16 de setembro. Em Sessão Ordinária nº 4.534a, realizada em 19 de novembro de 2020, o CONSAD autorizou a reabertura do prazo de adesão, no período improrrogável de 23 a 27 de novembro.

Os termos negociais de aprovação do PDV 2020 são aderentes ao modelo de plano de benefício definido, em razão de que a NOVACAP na condição de entidade patrocinadora assumiu a obrigação de fornecer os benefícios pactuados aos ex-empregados. Com vistas a garantir os recursos junto ao Governo do Distrito Federal com a finalidade de financiá-lo foram adotadas providências para assegurar o orçamento necessário à cobertura das despesas decorrentes. Após os devidos trâmites legais e estudos de viabilidade, por meio do Ofício Nº 5264/2020 - SEEC/GAB, de 05.08.2020, o Secretário de Estado da Economia do Distrito Federal declarou anuência à implementação do Programa de Desligamento Voluntário (PDV), para o quinquênio de 2020 a 2025.

De acordo com o Regulamento Geral do PDV deverão ser pagos aos empregados que tiverem sua adesão homologada as seguintes verbas de caráter indenizatório, sem qualquer tipo de incidência: a) Prêmio Futuro Temporário (PFT), pelo período de 60 meses; b) Reembolso do Auxílio Saúde até dezembro/2021; e c) Incentivo equivalente a multa contratual de 20% do saldo para fins rescisórios do FGTS, também em 60 meses. Além disso, deverá ser pago o valor em pecúnia do saldo dos dias de Licença Administrativa Remunerada- LAR não gozados,

também em 60 meses, **sem qualquer incidência por ser também verba de caráter indenizatório**, conforme dispõe a Súmula nº 136 do STJ.

À data do fechamento do período de ajustes contábeis no SIAC/SIGGo, para o encerramento do exercício, o Departamento de Contabilidade teve acesso aos custos detalhados, em mensuração firme, para os **326** empregados participantes que aderiram à primeira etapa do PDV. Por ainda estarem em tramitação os processos da segunda etapa do PDV, optou-se pela extrapolação em bases confiáveis para outros 169 solicitantes passíveis de homologação, a partir de planilha detalhada de controle subsidiário da primeira etapa, por meio da qual totalizou-se estimativa confiável de passivos no valor de **R\$ 140.878.138,07 (cento e quarenta milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e trinta e oito reais e e sete centavos)** que foram contabilizados em atendimento às determinações da NBC TG 33 (R1) - Benefícios a Empregados, para as finalidades legais de competência. As despesas desembolsadas em 2020 com indenizações rescisórias totalizaram outros **R\$ 5.665.310,37**. Os correspondentes passivos de curto e longo prazos contabilizados separadamente. Eventuais ajustes necessários aos passivos contabilizados por estimativa serão registrados em 2021, a partir da análise individual dos processos de desligamento.

PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO		31/12/2020
PDV - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - CURTO PRAZO		32.790.205,08
PDV - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - LONGO PRAZO		108.087.932,99
<b>TOTAL</b>		<b>140.878.138,07</b>

#### 12.1.4 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, criado com designação genérica para fins de consolidação com as contas nacionais do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31/12/2020	31/12/2019
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	1.558.668,33	848.446,66
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	49.905.215,93	53.289.428,66
VALORES RESTITUÍVEIS INTER-OFSS UNIÃO	164.297,65	533.472,95
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	75.651.896,08	82.115.633,98
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	9.386.985,04	8.102.135,17
<b>TOTAL DAS PROVISÕES A CURTO PRAZO (em R\$)</b>	<b>136.667.073,83</b>	<b>144.889.117,42</b>

##### 12.1.4.1 Valores Restituíveis – Consolidação

Corresponde aos valores de terceiros ou retenções em nome deles, para os quais seja fiel depositária por cauções ou garantias contratuais, cujos saldos não serão deduzidos nos demonstrativos consolidados OFSS, por parte da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal.

##### 12.1.4.2 Valores Restituíveis – INTRA-OFSS

Entre os débitos da Companhia, registrou-se **R\$ 49.905.215,93** relativos a passivos financeiros representativos de provisões de saídas decorrentes de entradas transitórias por consignações relativas às retenções tributárias, valores apreendidos por decisões judiciais e depósitos em juízo a serem, posteriormente, restituídos ao **Tesouro do Distrito Federal**. No caso dos valores apreendidos, as devoluções ao Tesouro ocorrem em caso de êxito da NOVACAP em ações de desbloqueio. Os valores depositados judicialmente são devolvidos quando identificados saldos sobejantes na quitação de processos judiciais ou em caso de pleno êxito da Companhia nas lides trabalhistas.

VALORES RESTITUÍVEIS – INTRA-OFSS	31/12/2020	31/12/2019
VALORES APREENDIDOS EM DECISÕES JUDICIAIS A RESTITUIR AO TESOURO	32.971.064,24	33.727.483,96
DEPÓSITOS JUDICIAIS A RESTITUIR AO TESOURO	16.788.988,81	19.420.673,79
OUTROS DEPOSITOS	62.178,19	62.178,19
VALORES A CURTO PRAZO - EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	2.463,96	0,00
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES INTRA-OFSS	80.520,63	79.082,72
<b>TOTAL</b>	<b>49.905.215,93</b>	<b>53.289.428,66</b>

##### 12.1.4.3 Valores Restituíveis – INTER-OFSS UNIÃO

Referem-se às consignações com retenção de INSS – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, bem como Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS retidos na Fonte, a serem recolhidos ao **Tesouro Nacional**, nos termos da legislação aplicável, observados os prazos legais.

##### 12.1.5.4 Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

O saldo de **R\$ 75.651.896,08** corresponde às despesas empenhadas ao final do exercício de 2020, inscritas em restos a pagar não processados a liquidar, registrados em observância ao Decreto nº 41.277, de 2020, em contrapartida às subvenções a receber informadas na Nota Explicativa 4.1.4.



#### 12.1.4.5 Valores Decorrentes de Infrações legais e Contratuais

Controla-se por meio dessa conta o parcelamento de multas decorrentes de Auto de Infração Ambiental do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, por descumprimento da Lei nº 041/1989, erosão decorrente de obra.

#### 12.1.4.6 Valores a Devolver ao GDF

O montante de **R\$ 268.403,55** corresponde a saldos de valores recebidos da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal em 2017, em ressarcimento NOVACAP por despesas pelo consumo de água e taxas de esgoto de prédio pertencente à NOVACAP, não devolvido à Secretaria de Estado da Economia do Distrito Federal – SEEC/DF, oportunamente, em razão de ter ocorrido bloqueio judicial do saldo financeiro correspondente. A NOVACAP solicitou a liberação de saldo de empenho à SEEC/DF que permita a regularização pelo reconhecimento da despesa correspondente, porém por limitações orçamentárias governamentais, ainda não foi possível o atendimento do pleito.

### 12.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Demonstram-se pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, exceto no caso das provisões cujas estimativas em bases confiáveis nos termos já informados na nota **12.1.3 Provisões**.

#### 12.2.1 – Pessoal a Pagar

Compreende as obrigações a longo prazo referentes a salários ou remunerações, bem como quando a previsão de pagamento em longo prazo. Em 2020, foram quitados R\$ 106.274,90 a empregados que aderiram ao PDV.

##### 12.2.1 .1 Licença Prêmio (P – Contas a Pagar)

A NOVACAP concede Licença Administrativa Remunerada (LAR), em observância à Cláusula Trigésima Sexta do Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 13 de dezembro de 2013, que atribuiu aos empregados do Quadro de Empregos Permanentes - QEP a cada 05 anos de efetivo exercício, 3 meses da referida licença. Esse passivo somente se reverte em pecúnia nos termos normativos e legais, sujeitando-se à liberação de subvenções governamentais para esse fim. Em 2020, foram convertidos em pecúnia o equivalente a **R\$ 7.645.622,86** a empregados que aderiram ao PDV.

##### 12.2.2 Obrigações a Longo Prazo - REFIS

O saldo dessa conta se refere às parcelas de longo prazo da dívida junto à PGFN (REFIS) relativas a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pela não homologação de solicitação de compensação de quantias recolhidas na fonte a título de IRRF e CSLL, por meio de PER/DCOMP. Também inclui as parcelamento de longo prazo de dívidas junto ao IBAMA, referentes a diversos autos de infração do período de 2006 a 2016 e junto ao Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM, referente parcelamento homologado em 2020, de multa relativa ao auto de infração de 2951/2014, por exercício de atividade potencialmente degradadora ao meio ambiente, em desacordo com a Licença Ambiental.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	31/12/2020	31/12/2019
MINISTÉRIO DA FAZENDA/RECEITA FEDERAL - REFIS		
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA	1.863.413,94	3.032.599,65
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL/IBRAM	70.331,04	125.331,04
	36.151,59	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.969.896,57</b>	<b>3.157.930,69</b>

### 12.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A NOVACAP evidencia seu patrimônio líquido, cujo valor em **31/12/2020** é de **R\$ 623.473.031,60**, nos moldes solicitados pela NBC TG 26 (R4), demonstrando o interesse residual dos proprietários nos ativos da Companhia depois de deduzidos todos os seus passivos.

#### 12.3.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de **R\$ 26.713.076,28** e se subdivide em ações, sem valor nominal, com a seguinte composição acionária:

CONTA CONTÁBIL	VALOR EM 31.12.2020 (EM R\$)	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA (EM R\$)	
		DF	UNIÃO
231210100 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	26.713.076,28	14.991.378,41	11.721.697,87

TOTAL	100,00%	56,12%	43,88%
ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO	
DISTRITO FEDERAL	280.600	56,12%	
GOVERNO FEDERAL - UNIÃO	219.400	43,88%	
TOTAL	500.000	100,00%	

### 12.3.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em 2020, a Companhia recebeu recursos do Distrito Federal a título de **ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC**, no valor total de R\$ 4.959.616,94, com os quais realizou a aquisição 24 (vinte e quatro) rolos lisos compactadores com dois cilindros e capacidade de vibração igual ou superior a 1600 kg, para uso nas atividades de obras de urbanização.

## 13. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

As receitas mais relevantes da NOVACAP são as Transferências Governamentais, reconhecidas sob regime de competência, de acordo com as inscrições de solicitações de repasses governamentais de recursos, a cada etapa de execução dos serviços realizados até a data-base dos balanços, na medida em que todos os custos relacionados possam ser mensurados confiavelmente. As receitas, ganhos, despesas e gastos abrangem fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais compreendem:

- receitas e despesas relativas à execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), consignada na Lei Orçamentária Anual, com reflexos no balanço Orçamentário;
- receitas e despesas dependentes da execução financeira relativas a operação entre Órgãos, Fundos e Entidades do GDF, integrantes do OFSS, por meio de descentralização orçamentária, com impacto na DRE;
- receitas e despesas independentes da execução orçamentária cuja contabilização envolve os recursos que independem de autorização legislativa, como as entradas compensatórias, no ativo e passivo.

### 13.1 Receita Operacional Líquida

CONTA	31/12/2020	31/12/2019	VARIACÃO	
			R\$	%
RECEITA DE SERVIÇOS	456.466,77	30.432,18	426.034,59	1500

Em 20/12/2019, a NOVACAP assinou o Contrato nº 42/2019 para a realização da fiscalização e acompanhamento da obra para correção de patologias construtivas no edifício sede da Polícia Rodoviária Federal, incluindo o fornecimento de insumos mão de obra especializada e o acompanhamento da execução do reforço estrutural do complexo sede nacional da PRF, o que ocasionou aumento de 1500% na receita operacional líquida da Companhia, em 2020.

### 13.1 Remuneração a Pessoal

Devido ao Programa de Desligamento Voluntário 2020, observou-se um redução de 3,5% nos gastos com remuneração de pessoal. Essa economia tenderá a aumentar a partir da cessação do reembolso do Auxílio Saúde que será pago aos ex-empregados a até dezembro/2021. A economia total deverá ser finalizada em valores absolutos quando findarem os 60 meses de pagamento do Prêmio Futuro Temporário (PFT).

### 13.2 Encargos Patronais

CONTA	31/12/2020	31/12/2019	VARIACÃO	
			R\$	%
ENCARGOS PATRONAIS	100.838.863,95	90.251.878,30	10.586.985,65	14

O aumento nos gastos com encargos patronais, particularmente quanto ao FGTS, se deve ao desligamento de empregados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, ocorrida nos termos do Regulamento Geral incluído no Processo nº 00112-00029548/2019-10, publicado no D.O.D.F. nº 157, de 19 de Agosto de 2020, página 53.

### 13.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos

Compreendem as variações resultantes do pagamento efetuado a empregados de entidades integrantes da administração pública indireta, inclusive férias e aviso prévio indenizados, multas e contribuições incidentes sobre os depósitos do fundo de garantia por tempo de serviço, etc., em função da perda da condição de empregado. O acréscimo relevante nesses gastos em 2020, se deve às despesas indenizatórias, de caráter rescisório, em decorrência da participação em programa de desligamento voluntário.

OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2020	30.09.2019
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	0,00	152.073,86
INDENIZAÇÃO PDV	5.665.310,37	0,00
INDENIZAÇÃO POR EXONERAÇÃO E DEMISSÃO	9.539,62	0,00
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE	148.634,22	252.534,87
PESSOAL CIVIL - REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS	36.555,29	35.608,81
<b>TOTAL</b>	<b>5.860.039,59</b>	<b>440.217,54</b>

### 13.4 Consumo de Materiais

Compreende os gastos com distribuição do material de consumo, considerados como tais os bens de natureza frágil, perecível, incorporável, transformável ou cuja finalidade seja para consumo imediato ou a reposição.

CONSUMO DE MATERIAL	31/12/2020	31/12/2019
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	44.168,75	43.714,88
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES	3.502,74	3.502,74
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADO	1.957.568,77	2.135.047,97
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	70.449,22	76.647,88
MATERIAL QUÍMICO	5.939,24	3.719,84
MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	1.000,00	4.004,80
MATERIAL DE EXPEDIENTE	38.951,83	86.155,85
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	35.586,18	10.626,94
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.536,00	211.784,93
MATERIAL DE COPA E COZINHA	23.997,49	23.286,47
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	181.669,46	156.162,22
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	188.319,97	213.964,76
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	4.366.367,40	5.681.890,25
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	77.016,76	159.799,10
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	24.871,67	30.570,80
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	207.759,92	172.001,07
MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	2.371,05	7.259,45
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	53.035,50	348.696,00
MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	14.742.570,91	10.070.991,93
MATERIAL HOSPITALAR	1.900,00	6.892,58
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	998.329,36	975.695,23
MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA	208,00	1.417,04
FERRAMENTAS	27.312,82	29.790,01
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E AFINS	14.652,90	12.339,04
<b>TOTAL</b>	<b>23.069.094,94</b>	<b>20.467.961,28</b>

### 13.5 VPD – Obras Não Incorporáveis

Até 31.03.2020, eram registradas como obras e instalações não incorporáveis os gastos aplicados no pagamento de despesas (VPD) referentes a obras de infraestrutura (bens de uso comum do povo) executadas por descentralização de recursos, que não podem gerar ativos para a Companhia, posto que pertencem às Unidades Orçamentárias de origem, a quem cabe a obrigação de as ativar e, via de consequência, ao Governo do Distrito Federal, único financiador das mesmas (item 5.2.4 do MCASP 8ª ed.).

Até então, o modelo de parametrização dos registros contábeis correspondentes pressupunha a anulação das receitas pelo recebimento dos recursos descentralizados com os gastos correspondentes à execução das obras. A variação no saldo da conta VPD - Obras não incorporáveis era diretamente relacionada ao crescimento ou redução da execução de obras por meio de descentralização de recursos por outras unidades orçamentárias do GDF para a NOVACAP. A partir de 1º de abril de 2020, por mudança de critério contábil, os valores gastos com tais obras de infraestrutura passaram a ser ativados na Unidade Gestora proprietária do investimento, ou em que os bens resultantes estão localizados, conforme detalhado na NE 13.12.2.

### 13.6 Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas

Os gastos com serviços de terceiros Pessoa Física se limitaram ao pagamento de Jetons de Conselheiros.

### 13.7 Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas

Registra as despesas provenientes da prestação de serviços por pessoas jurídicas à NOVACAP, bem como da terceirização de serviços de zeladoria, jardinagem e urbanização das áreas e equipamentos públicos sob responsabilidade da Companhia.

SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31/12/2020	31/12/2019
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	65.366.797,79	28.826.344,09
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.105.828,09	2.554.643,73
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.220.836,28	4.844.840,10
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	72.727.657,88	80.347.877,77
PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR	22.403.611,59	15.220.765,06
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.644.409,76	6.204.870,12
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	364.042,25	18.799.688,14

SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	31/12/2020	31/12/2019
VALE-TRANSPORTE	768.557,86	3.661.492,22
SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL	2.554.336,75	2.859.973,99
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	18.107.130,01	19.047.341,82
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	11.287.202,81	11.528.056,34
FRETE E LOG.VEÍCULOS P/NECESSIDADE DO SERVIÇO	5.551.176,61	7.184.246,01
PLANTIO E REFLORESTAMENTO	2.383.004,56	1.287.046,69
SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS	1.201.372,59	1.321.476,48
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.080.833,82	2.875.166,83
SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS	1.503.999,46	1.882.197,17
SERVIÇOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	809.018,52	0,00
PROMOÇÃO	1.452.031,46	1.452.031,46
<b>TOTAL</b>	<b>218.531.846,09</b>	<b>209.325.269,79</b>

### 13.8 Outras Despesas Operacionais

CONTA	31/12/2020	31/12/2019
REPASSE DE RESTOS A PAGAR A MAIOR	0,00	17.908,60
RECURSOS PARA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	7.969.276,16	15.782.645,65
TRANSF.FINANÇEIRAS CONCEDIDAS INDEP. DE EXEC.	5.452.716,63	12.220.617,72
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS ENTRE UG's	17.467,79	37.641,21
TRANSFERÊNCIAS PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	7.532.661,63	7.506.144,08
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2.563.012,57	0,00
CRÉDITOS A RECEBER - CURTO PRAZO	0,00	100,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - INTRA OFSS	0,00	9.727,82
INDENIZAÇÃO A TERCEIROS	3.935,83	11.668,90
INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE	0,00	603.245,77
PENSÕES INDENIZATORIAS	396.631,95	211.454,28
BAIXA DE DEPOSITOS DE NATUREZA JUDICIAL	6.210.041,44	8.772.666,57
VPD - FATOS GERADORES DIVERSOS	77.961,27	0,00
RESTITUIÇÕES DE SERVIÇOS DIVERSOS	15.362,69	0,00
INDENIZAÇÃO POR BENEFÍCIOS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	0,00	57.731,87
<b>TOTAL</b>	<b>30.239.067,97</b>	<b>45.231.552,47</b>

#### 13.8.1 Recursos para Restos a Pagar Não Processados

Corresponde aos cancelamentos de repasses a receber de RPNP referentes aos saldos de empenhos não utilizados, em cumprimento às normas vigentes.

#### 13.8.2 Baixa de Depósitos de Natureza Judicial

CONTA	31/12/2020	31/12/2019
DEPÓSITOS DE NATUREZA JUDICIAL	6.210.041,44	8.772.666,57

A NOVACAP registra em seus ativos os depósitos judiciais em favor de ações trabalhistas, mediante ordens judiciais, no aguardo de decisão definitiva sobre a destinação dos recursos controversos. O reconhecimento das despesas ocorre mediante baixa desses ativos para a conta de despesa, sempre que, por decisão transitada em julgado, os valores depositados sejam convolados pela autoridade judiciária para o pagamento das ações trabalhistas, nas quais a Companhia seja vencida. No período considerado, houve uma redução de 36% no saldo dessa conta.

### 13.9 Resultados de Equivalência Patrimonial

A NOVACAP acompanha os investimentos em participações societárias pelo método de equivalência patrimonial. Nos termos informados na NE 11.2.1, devido às perdas de ações em alienações forçadas para o cumprimento de decisões de bloqueios judiciais, observou-se uma redução de 92% na geração de tais receitas em relação ao exercício de 2019.

#### 13.9.1 Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial

Em 2020, houve o registro de recebimento de ações ordinárias da CAESB conforme relatório emitido pela investida quantidade de 6.300.205 ações contra 4.359.469 constante dos exercícios anteriores, no valor de R\$ 194.073,60.

### 13.10 Despesas com Provisões

CONTAS	31/12/2020	31/12/2019
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	- 163.672,47	- 849.873,34
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CIVEIS	- 3.172,00	- 18.346.801,43
VPD DE PROV. PARA RISCOS CIVEIS EMPREITEIROS	0,00	- 18.661.213,80
VPD DE OUTRAS PROVISÕES	0,00	- 7.796,81
VPD DE PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	- 140.878.138,07	0,00
REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	15.416.369,79	14.297.056,00
<b>DESPESAS COM PROVISÕES</b>	<b>125.628.612,75</b>	<b>21.568.629,38</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

Em atendimento à NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a NOVACAP reconhece em contrapartida das obrigações derivadas de processos judiciais em que seja polo passivo, sempre que os mesmos sejam classificados com risco de perda provável, pela Diretoria Jurídica, a despesa (VPD) correspondente.

Em 2020, conforme já informado na NE 12.1.3.4, foram provisionados os passivos correspondentes as despesas com o Plano de Demissão Voluntária – curto e longo prazos no valor total de R\$ 140.878.138,07. É relevante destacar a reversão de provisões no valor de R\$ 15.416.369,79, decorrentes de êxito da Diretoria Jurídica na redução e/ou extinção de valores anteriormente sentenciados contra a NOVACAP em processos cíveis e trabalhistas.

### 13.11 Despesas Tributárias

CONTAS	31/12/2020	31/12/2019
IMPOSTOS INTER-UNIÃO		
OUTROS IMPOSTOS	83.306,13	0,00
TAXAS - PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0	14.842,51
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	352,00	338.867,77
<b>TOTAL</b>	<b>1.637.046,89</b>	<b>1.049.652,22</b>
	<b>1.720.705,02</b>	<b>1.403.362,50</b>

Na condição de Pessoa Jurídica tributada pelo Lucro Real, a NOVACAP registra, controla e paga duas despesas tributárias segundo as determinações legais. As despesas com taxas incluem os licenciamentos ambientais de obras.

### 13.12 Resultado da Incorporação/Desincorporação de Ativos e Passivos

RESULTADO LÍQUIDO NA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	31/12/2020	31/12/2019
BENS MÓVEIS FABRICAÇÃO PRÓPRIA	282.485,59	261.253,73
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS ORG.DF	0,00	100,00
DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS	34.682,82	92.070,00
INDEN.DANOS CAUSADOS AO PATRIM.PUBLICO	4.965,14	23.978,11
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS	0,00	1.473.151,43
GANHOS COM DESINCORP. DE PASSIVOS CONSOLIDAÇÃO	0,00	3.864,97
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS INTRA	0,00	17.854,60
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE PARTICIPAÇÕES	0,00	329.607,69
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	-3.115.025,91	-2.746.115,06
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE	-2.070,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADO	-437,22	0,00
TRANSF. CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	0,00	-8.600,90
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXEC.ORG	-95.981.767,85	-3.949.481,12
BAIXA DE IND.DANOS CAUSADOS AO PATRIM.	-17.481,45	-42.798,17
<b>TOTAL</b>	<b>-98.794.646,88</b>	<b>-4.545.114,72</b>

#### 13.12.1 Perdas com Alienação de Participações Permanentes

Conforme informado na NE 11.2.1, em 2020, foram baixados R\$ 3.152.444,25 em ações da Companhia Energética de Brasília – CEB, dos quais R\$ 3.115.025,91 em decorrência de liquidação forçada para cumprimento de bloqueio judicial pelo sistema BACENJUD, em cujos processos já houve a liberação de alvará em favor dos exequentes.

#### 13.12.2 Transferências Não Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária

A NOVACAP executa obras de edificações ou manutenção de bens pertencentes a outros entes, não capitalizáveis por parte da Companhia, registradas temporariamente na conta do ativo denominada OBRAS EM ANDAMENTO DE BENS DE USO COMUM DO POVO A CLASSIFICAR (Nota Técnica nº 7/2020 – SUCON/SEFP/SEEC - incluída no Manual de Orientações Gerais sobre Lançamentos Contábeis no SIAC/SIGGO), quando do atesto das notas fiscais e inclusão dos relatórios circunstanciados nos processos de pagamento correspondentes. Após o cumprimento das etapas de liquidação, pagamento e análise de conformidade contábil, os bens gerados e/ou as medições parciais das obras são transferidos à Unidade Gestora proprietária do investimento, ou em que os bens estão localizados. Em 2020, foram executadas as obras e serviços de engenharia (categoria 4 – Investimentos) em favor dos seguintes entes do Distrito Federal:

UNIDADES GESTORAS ONDE OS BENS FORAM ATIVADOS	31/12/2020
120101-00001 - PROCURADORIA - GERAL DO DISTRITO FEDERAL	345.211,95
170101-17901 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	440.807,30
190103-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	28.758.143,32
190104-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	7.320.040,56
190105-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	5.902.401,17
190106-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZILÂNDIA	4.287.010,53
190107-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	2.378.250,00
190108-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	2.952.814,68
190109-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANÓ	1.736.741,83
190110-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	53.283,74
190111-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	6.815.396,67
190112-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	1.031.145,54
190113-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	921.038,46
190114-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	2.654.950,14

UNIDADES GESTORAS ONDE OS BENS FORAM ATIVADOS	31/12/2020
190115-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	4.031.784,04
190116-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	2.210.325,29
190117-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	1.598.058,55
190119-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	2.425.863,88
190120-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	919.021,09
190121-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	53.283,75
190122-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	1.685.546,54
190123-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	112.933,39
190124-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL	7.586.320,88
190125-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	272.701,92
190126-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	758.980,05
190127-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SETOR COMPL. IND. E ABAST.	6.848.076,83
190128-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	145.046,52
190129-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	462.146,49
190130-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÁ	325.682,00
190131-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SETOR IND. E ABASTECIMENTO	1.740.683,91
190132-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	116.800,40
190133-00001 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL - RA XXXI	116.508,06
220101-00001 - SECRETARIA DE EST. DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	2.573,57
220104-00001 - CORPO DE BOMB. MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF	814.770,01
640101-00001 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADM. PENITENCIÁRIA DO DF	5.994,35
<b>TOTAL</b>	<b>95.840.339,42</b>

### 13.13 Receitas Financeiras

CONTAS	31/12/2020	31/12/2019
BANCOS	296.078,53	557.548,29
EMPRESAS	237.782,50	434.329,52
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	62.340,48	69.489,96
OUTRAS VARIÁÇÕES MONETÁRIAS - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.162,99	143.250,23
<b>TOTAL</b>	<b>598.364,50</b>	<b>1.204.618,00</b>

Conforme avisos ao acionista, forma registrados como Bancos os recebimentos de dividendos complementares de 2019, do Banco de Brasília. Os recebimentos de juros sobre o capital próprio foram registrados na conta Empresas.

### 13.14 Transferências Correntes

São transferências de bens e rendas recebidas para manutenção do consumo corrente da Companhia e no cumprimento de suas atribuições estatutárias com serviços e materiais aplicados como despesas correntes, em ações de zeladoria e urbanismo de regiões e equipamentos públicos do Distrito Federal.

CONTAS	31/12/2020	31/12/2019
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA	6.226.557,46	8.735.986,39
REPASSE RECEBIDO	739.169.910,09	642.794.315,34
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	36.202.649,64	46.426.480,75
RECURSOS PARA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	80.349.585,99
<b>TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>781.599.117,19</b>	<b>778.306.368,47</b>

#### 13.14.1 Repasse Recebido

O valor de **R\$ 739.169.910,09** se refere às transferências financeiras recebidas e correspondências de créditos da execução orçamentária na condição de repasses vinculados ao custeio das atividades da NOVACAP.

#### 13.14.2 Valores Diferidos - Baixa

Os valores diferidos são registrados mensalmente em razão de inscrição de previsões de recursos a liberar pela SEEC/DF, em favor da NOVACAP, para subvencionar as provisões do exercício reconhecidas entre os passivos, em observância às apropriações de despesas por competência. Em razão de redução de gastos por limitação orçamentária decorrente da Pandemia do COVID 19, houve redução de 28,7% na inscrição dos valores a liberar.

#### 13.14.3 Recursos para Restos a Pagar Não Processados

Por mudança de critério contábil, para evitar a duplicidade de registros em contas de ativos e passivos, conforme informado na NE 4.1.4, a partir de 31/12/2020, as receitas que deverão subvencionar o pagamento de restos a pagar não processados passarão ser inscritas no exercício subsequente, de modo a serem atribuídas ao período em que ocorrerá a liquidação das despesas correspondentes.

### 13.15 Transferências de Capital

Referem-se a repasses governamentais para investimentos ou aplicações de recursos em infraestrutura, mediante celebração de convênios ou por descentralizações de recursos.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS DE CAPITAL	31/12/2020	31/12/2019
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO FIRMADOS COM UNIDADES DO DF	2.669.700,75	6.021.010,20
TRANSFERÊNCIAS DE SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTOS - INTRA	20.096,93	0,00

*MMA*

Os recursos recebidos por meio de transferências de capital foram aplicados em obras e serviços de infraestrutura, conforme descrição:

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	OBJETO	31/12/2020	31/12/2019
CONVÊNIO Nº 102/2014-TERRACAP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS REPOSIÇÃO, FERRAMENTAL, INSUMOS (MATERIAIS) E MÃO DE OBRA, BEM COMO REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DIVERSOS, À OPERAÇÃO DE 20 (VINTE) ELEVADORES DE MARCA OROMA, ALÉM DE 12 (DOZE) ESCADAS ROLANTES DA MARCA FUJITEC, INSTALADAS NO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - MANÉ GARRINCHA.	326.000,00	420.000,00
CONVÊNIO Nº 007/2015-TERRACAP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRAMADO DO CAMPO DE FUTEBOL E SEUS RESPECTIVOS SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA - MANÉ GARRINCHA.	284.641,47	774.706,82
CONVÊNIO Nº 061/2015-TERRACAP	EXECUÇÃO DE CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE, PAISAGISMO, EQUIPAMENTOS URBANOS, BAIAS DE ÔNIBUS E ILUMINAÇÃO, NO EIXO MONUMENTAL, EM BRASÍLIA-DF.	0,00	214.077,82
CONVÊNIO Nº 32/2016-TERRACAP	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E DRENAGEM PLUVIAL NAS QUADRAS 101, 102, 301 E 302 NO CENTRO URBANO EM SAMAMBÁIA - DF.	541.586,16	4.858.775,79
CONVÊNIO Nº 076/2017-TERRACAP	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, PLANTIO E MANUTENÇÃO DE GRAMA TIPO ESMERALDA NO SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NOROESTE - BRASÍLIA - DF.	0,00	1.066.513,98
CONVÊNIO Nº 012/2017-TERRACAP	EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTO EM PAVIMENTO INTERTRAVADO NO SETOR NOROESTE QUADRA SQNW 102, BRASÍLIA - DF.	0,00	107.902,60
CONVÊNIO Nº 047/2020-TERRACAP	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS E BOCAS DE LOBO DA RUA 08, ENTRE AS RUAS 03 E 07, DO VICENTE PIRES - DF.	1.328.493,12	0,00
CONVÊNIO Nº 060/2019-TERRACAP	EXECUÇÃO OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E MEIO FIO RA XX VICENTE PIRES - RUA 10	189.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.689.700,75</b>	<b>7.441.977,81</b>

13.16 Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do exercício de 2020, evidenciado pela diferença entre as receitas e despesas globais foi de R\$ 112.577.603,96. Identificou-se como fato relevante que contribuiu para a sua formação o equívoco na emissão da Nota de Sistema 2020NS00034, para registro de Subvenções a Receber a Longo Prazo para cobertura do PDV 2020, no valor de R\$ 102.215.998,14, cuja contrapartida credora equivocadamente foi a conta 237120326 - Ajustes de Exercícios Anteriores.

PASSIVOS A SUBVENCIAR - CATEGORIA 1 - PESSOAL	31.12.2020	SALDO ANTERIOR DE SUBVENÇÕES A RECEBER - LP ANTES DO AJUSTE DO MÊS DE DEZEMBRO - CATEGORIA 1	NECESSIDADE DE ACRÉSCIMO EM SUBVENÇÕES A RECEBER DE LP
221115101 - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (P - CONTAS A PAGAR)	287.883,38	23.754.333,05	-5.871.933,93
221115105 - LICENÇA PRÊMIO (P - CONTAS A PAGAR)	13.932.375,10		
227110100 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.662.140,64		
227910401 - PDV - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	108.087.932,07		
<b>TOTAL DA CATEGORIA</b>	<b>125.976.331,19</b>	<b>23.754.333,05</b>	<b>108.087.932,07</b>
			<b>102.215.998,14</b>

O impacto levado diretamente ao patrimônio líquido, ao tempo que deveria ter gerado receita para o exercício de 2020, acarretou a evidenciação de prejuízo líquido escritural.

Após o encerramento do exercício, identificou-se que o registro do acréscimo em subvenções não acionou a conta de receita de subvenções. Desse modo, a despesa com o PDV a longo prazo não teve receita correspondente, ocasionando o prejuízo líquido do exercício. Percebida a necessidade de correção, a SUCON informou a inviabilidade de reabertura do sistema para fins de correção, razão pela qual optou-se pela emissão da Nota de Sistema 2021NS0004, de 1º de janeiro de 2021.

VARIACÃO PATRIMONIAL AJUSTATIVA	
(-) VARIACÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	801.817.602,47
(+) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-914.395.206,43
(-) RECURSOS A RECEBER - SUBVENÇÕES (INTRA - OFSS) - COBERTURA DA PARCELA DE LONGO PRAZO DO PDV 2020, REGISTRADA PELA 2021NS0004 DE 01.01.2021	-112.577.603,96
(=) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS EMISSÃO DA NOTA DE SISTEMA 2021NS0004	108.087.932,07
	-4.468.671,89

Para fins de comprovação, apresenta-se o resultado líquido do exercício antes do encerramento:

REYCAP - CIA. URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL S/A  
ANO CALENDÁRIO 2020

CONTAS	EXERCÍCIO ANTERIOR	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Contas de Resultado
1 ATIVO	1.805.486.348,43	1.817.034.334,03	984.801.122,93	979.030.020,88	890.350.232,34	693.401.203,24	877.232.774,20	877.244.130,25	884.472.038,63	848.802.187,24	841.295.306,72	849.271.393,43	1.027.550.834,20	
11 ATIVO CIRCULANTE	425.071.382,87	348.174.899,09	358.787.817,66	210.693.711,44	283.445.403,14	242.405.718,00	285.388.246,01	289.588.435,39	314.326.452,63	244.246.509,48	245.660.495,07	247.122.426,97	302.722.366,50	
12 ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.400.292.215,15	1.468.774.339,24	626.013.305,27	768.336.309,44	606.904.829,20	450.995.485,24	591.844.528,19	587.655.694,86	570.145.585,99	604.555.677,76	595.634.811,65	602.148.966,46	724.828.467,70	
2 PASSIVO	1.805.486.348,43	1.833.025.765,87	1.311.027.952,02	989.587.189,97	884.530.876,00	771.486.907,97	784.793.896,25	842.319.390,80	821.245.872,56	784.316.318,88	694.328.471,08	784.149.062,72	783.051.537,75	
21 PASSIVO CIRCULANTE	419.430.915,82	147.141.328,22	225.238.472,80	205.556.891,94	201.204.854,20	271.486.907,97	284.793.896,25	282.319.390,80	281.245.872,56	247.742.577,87	247.824.172,33	241.868.744,44	301.868.744,44	
22 PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.385.955.432,61	1.685.884.437,65	1.085.789.479,22	784.030.298,03	683.326.021,80	500.000.000,00	503.000.000,00	560.000.000,00	540.000.000,00	536.573.740,91	446.503.898,75	542.279.318,28	481.182.793,31	
3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31 VPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
32 VPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4 VPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO BRUTO DO PERÍODO	-18.397.463,64	4.394.603,93	663.616,32	11.422.268,14	1.388.338,44	34.718.884,49	1.374.268,33	3.306.289,97	-21.889.224,95	-1.827.248,18	8.295.147,80	611.493.998,68	-112.577.603,96	
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	-5.811.833,64	-13.006.851,11	-10.882.218,83	700.253,25	-4.764.877,18	21.887.482,27	38.051.077,68	33.511.319,88	14.786.432,43	10.807.697,22	60.812.889,22	-	-112.577.603,96	

14. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O resultado financeiro é demonstrado pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que alteram as disponibilidades da Companhia e se evidenciam na **Demonstração dos Fluxos de Caixa –DFC e no Balanço Financeiro**.

A NOVACAP adota método indireto por meio do qual os fluxos de caixa demonstram a conciliação do resultado contábil do período, ajustado pelos itens econômicos, cujos efeitos de transações não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

#### 14.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A NOVACAP obriga-se à apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto. Em 2020, a manutenção das atividades operacionais da Companhia evidenciaram um consumo de caixa de **R\$ 5.909.743,44**.

#### 14.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Representa recursos oriundos do Tesouro do DF por repasses registrados na condição de subvenções governamentais e de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. No encerramento do exercício, a Companhia evidenciou uma geração líquida de caixa, de natureza escritural, nas atividades de financiamento no valor de **R\$ 19.171.910,82**, em razão do compromisso assumido pela Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal de assegurar os recursos necessários ao financiamento do Programa de Desligamento Voluntários, e também pela transferência de recursos a título de Adiantamentos para Futuro aumento de Capital.

#### 14.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Ao término do exercício, observou-se a aplicação de recursos em investimentos no valor de **R\$ 8.328.128,51**, em razão aquisição de imobilizados, intangíveis e na realização de obras em andamento - bens de uso comum do povo a classificar.

#### 14.4 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes

No encerramento de 2020, houve geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de **R\$ 4.934.038,87**, conforme se demonstra a seguir.

COMPOSIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CONSUMO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-5.909.743,44	51.597.660,54
CONSUMO DE CAIXA E EQUIVALENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19.171.910,82	-77.413.957,02
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-8.328.128,51	7.719.889,57
	4.934.038,87	-18.096.406,81

### 15. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Representa itens de receita e despesa que não transitam pelo resultado do exercício, em conformidade com a NBC TG 26 (R5). O resultado abrangente do exercício em 31/12/2020 foi negativo em **R\$ 11.097.019,12**. Impactaram de modo relevante o resultado abrangente do exercício os ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 102.134.570,29.

#### 15.1 Ajustes de Exercícios Anteriores

A soma algébrica de **R\$ 102.134.570,29** registrada como ajuste de exercícios anteriores decorre da obrigatoriedade de utilização pela NOVACAP do **princípio da anualidade orçamentária**, do qual deriva o modelo de empenho, liquidação e pagamento determinado pela **Lei nº 4.320, de 1964** bem como à rotina de inscrição de restos a pagar, sendo a Companhia uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, que para fins de elaboração das suas demonstrações contábeis, obriga-se ao cumprimento das rotinas da **Lei nº 6.404, de 1976**.

Assim, os passivos empenhados e liquidados ou em liquidação ao término de exercícios anteriores, porém sem a liberação de recursos financeiros correspondentes quando de sua inscrição, necessitam ser baixados como ajustes, quando pagos, posto que não podem impactar o resultado do exercício em que são liberados os repasses para o pagamento.

O mesmo acontece com os ajustes de subvenções a receber de longo prazo – contrapartida dos ajustes de ativos - solicitados com base em passivos estimados, inscritos em exercícios anteriores, cujas datas de pagamento não se podem determinar no momento do lançamento contábil, como é o caso das provisões para ações cíveis e trabalhistas, inscritas com data de saída de recursos ainda incerta, bem como o seu valor final de sua realização.

#### 15.2 Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial



Os registros de saldos nessa conta se referem à rotina de procedimentos de realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, na proporção da depreciação das edificações que foram objeto de ajuste ao custo atribuído, em 2017, nos termos da legislação aplicável.

## 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ora divulgados decorrem da necessidade de observância à NBC T 24 (R1) e foram avaliados até 19 de fevereiro de 2021:


### 16.1 Recursos Vinculados – Caixa Econômica Federal

Trata-se de prestação de contas do Convênio 798733/2013 - SUDECO/NOVACAP, devidamente aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Ofício nº 2795/2020 – DPC/CGEOFPC/DA/SUDECO, cujo objeto foi a compra de máquinas e equipamentos para manutenção de redes de águas pluviais em todo o Distrito Federal.

Em 19.02.2021, o Departamento Financeiro da NOVACAP emitiu a Guia de recolhimento 2021GR00126, no valor de R\$ 36.763,76, para regularização de saldo, após identificação de transferência financeira entre contas - Convênio 798733/2013 - SUDECO/NOVACAP – ocorrida no dia 06/09/2018, conforme ordem bancária de transferência voluntária – (OBTV) 2018OB800004. Nessa mesma data foram emitidas as guias de recolhimento nº 2021GR00127 e 2021GR00128, nos valores de R\$ 259,13 e R\$ 491,20, respectivamente para reconhecer crédito de TEDs de rendimentos de aplicação financeira efetivadas nos dias 07/08 e 31/10/2018. Encontra-se em análise de evento contábil apropriado, por parte da equipe da Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal e do Departamento Financeiro da NOVACAP, o registro da 2018OB800006 03/10/2018 de 13:50:30 no valor de R\$ 220.582,51.

### 16.2 Prejuízo Líquido de 2020

Nos termos Informados na NE 13.16, para fins da correta evidenciação do prejuízo do exercício de 2020, foi emitida a Nota de Sistema 2021NS0004, de 1º de janeiro de 2021, de modo a evidenciar o prejuízo real de R\$ 4.489.671,89.

  
FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE  
DIRETOR-PRESIDENTE  
CPF 131.653.806-00

  
RUBENS DE OLIVEIRA PIMENTEL JUNIOR  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF 669.878.061-87

  
MILIANI PATRÍCIA AMORIM  
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CRC-0325.033/DF-O

## **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria e Acionistas da  
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP  
Brasília – DF

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, (“Companhia” ou “NOVACAP”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

#### **Outros assuntos**

#### **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o relatório do auditor independente emitido em 05 de março de 2020, foi apresentada modificação relacionada a depósitos judiciais no valor de R\$ 19.507.480,52, registrados no ativo circulante, para os quais não foram identificados controles subsidiários suficientes para que à época fosse possível opinião sobre o montante registrado. Informamos que para o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia nos apresentou documentação subsidiária para os procedimentos de auditoria, sobre o montante R\$ 16.888.335,47, e, modificação sobre os restos a pagar não processados no montante de R\$ 82.115.633,98, os quais foram registrados nas contas contábeis valores pendentes de liquidação (ativo) e recursos especiais a liberar – RP não processados (passivo circulante), de forma duplicada. Os valores foram ajustados no decorrer do exercício de 2020, sem efeitos no resultado, e a inconformidade sobre os registros contábeis solucionada conforme descrito na nota explicativa 2.4 e 2.4.1, das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo (SP), 22 de fevereiro de 2021.

  
Aderbal Alfonso Hoppe  
Sócio  
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP  
TATICCA Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-03.22.67/O-1